

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

**O SANTO INQUÉRITO: MISOGINIA, PODER E INTOLERÂNCIA
RELIGIOSA NA OBRA DE DIAS GOMES**

DANIELLE VIRGÍNIA GRISI PINHEIRO FABIÃO

**JOÃO PESSOA – PB
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

DANIELLE VIRGÍNIA GRISI PINHEIRO FABIÃO

**O SANTO INQUÉRITO: MISOGINIA, PODER E INTOLERÂNCIA
RELIGIOSA NA OBRA DE DIAS GOMES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências das Religiões, na linha de pesquisa Religião, Cultura e Produções Simbólicas, sob a orientação do Professor Dr. Fabrício Possebon.

**JOÃO PESSOA – PB
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

**O SANTO INQUÉRITO: MISOGINIA, PODER E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA
NA OBRA DE DIAS GOMES**

DANIELLE VIRGÍNIA GRISI PINHEIRO FABIÃO

Dissertação apresentada à banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

**Prof. Dr. Fabrício Possebon
Orientador**

**Prof^a. Dr^a. Fernanda Lemos
Membro**

**Prof^a. Dr^a. Iracilda Cavalcante de Freitas Gonçalves
Membro**

DEDICATÓRIA

Às minhas filhas, Giovanna e Maria Victória, nas quais reflete-se também o meu eterno amor pela literatura e pela vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Pinheiro e Griselda, pelo amor, pela vida.

À minha avó Valdeci pela cumplicidade e amor à leitura.

À minha irmã, Caroline, que um dia foi sonho e hoje é realidade.

Aos meus sobrinhos Maria Luísa e Vinícius, a quem amo demais e a quem desejo um mundo de leituras maravilhosas.

A Waltinho, meu cunhado único.

Ao meu marido, Ricardo Fabião, por dividir comigo um tanto de amor, literatura, música e vida. Você é ímpar.

Ao meu orientador, Fabrício Possebon, pela paciência e confiança depositadas em mim.

Aos meus tios, Otávio e Gracieli, que estão sempre dando apoio na vida pessoal e acadêmica.

Aos amigos da turma 4 do Mestrado de Ciências das Religiões, em especial à Ana Ericka, Andrea Graupen, Pádua, Cínthia, Flawbert, Juarez, Luciano, Maronildes, Paula, Sócrates e Vanuza, pela cumplicidade e companheirismo.

Às professoras Iracilda Cavalcante e Fernanda Lemos pela importante contribuição para esse trabalho.

Aos professores do Programa, em especial a Deyve Redyson, Eunice Simões, Fabrício Possebon, Antônio Novaes, Vaz, Lusival, Lúcia Abaurre, Otília, Neide Miele, Otávio Machado, Celestino e Thiago, pela transmissão de saberes.

RESUMO

Os enunciados, os textos, as histórias, estão sempre narrando a existência humana, seja a vida entendida como “real” ou a vida “inventada”. Acontece que essas estruturas linguísticas dizem muito mais do que aquilo que percebemos superficialmente. As palavras contêm informações para além de sua constituição linguística. Dessa forma, por sabermos que há essas informações é que nos propomos a analisar discursivamente o texto *O Santo Inquérito*, do escritor Dias Gomes; que, em linhas gerais, narra a história de Branca Dias, uma cristã-nova (ex-judia), julgada, condenada e morta na fogueira da Santa Inquisição. Pretendemos, fundamentalmente, identificar as marcas de poder e misoginia contidas na referida obra. Contudo, não atingiríamos nosso objetivo se não fosse a valiosa contribuição dos pressupostos da Análise do Discurso, que, enquanto método de interpretação, nos aproxima dos incontáveis sentidos que compõem a narrativa. Ao longo do trabalho, discutimos e apresentamos considerações de vários autores, sobre assuntos que estão relacionados ao nosso objeto de estudo, dentre eles: Novinsky (2007) e Niskier (2006), que estudam a questão dos cristãos-novos em território brasileiro; Muraro (1991) e Beuavoir (2009), que estudam sobre gênero e misoginia; e Pêcheux (1995) e Bakhtin (2003), que embasam as discussões sobre a Análise do Discurso.

Palavras-chave: Misoginia. Poder. Inquisição. Análise do Discurso.

ABSTRACT

The statements, texts, stories, are always telling the human existence, life is understood as "real" life or "invented." But those linguistic structures say a lot more than what we see on the surface. The words contain information beyond its linguistic constitution. Thus, because we know that there is information that we intend to analyze the text discursively *O Santo Inquérito*, the writer Dias Gomes, that, in general, tells the story of Branca Dias, a New Christian (former Jew), tried, convicted and killed in the fire of the Holy Inquisition. We intend to fundamentally identify the brands of power and misogyny contained in this work. However, we would not reach our goal if not for the valuable contribution of the assumptions of discourse analysis, which, as a method of interpretation, the approach of the countless ways that make up the narrative. Throughout the work, and present considerations discussed by various authors on subjects that are related to our object of study, including: Novinsky (2007) and Niskier (2006), who study the issue of the New Christians in Brazil; Muraro (1991) and Beauvoir (2009), who study gender and misogyny, and Pecheux (1995) and Bakhtin (2003), that support the discussions of Discourse Analysis.

Keywords: Misogyny. Power. Inquisition. Discourse Analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - DIAS GOMES: UM HERÓI ENTRE TRAGÉDIAS.....	19
1.1 O Teatro Brasileiro e a ditadura militar.....	24
1.2 O Santo Inquérito.....	26
1.3 BRANCA DIAS: mito e realidade.....	33
1.4 Branca Dias histórica.....	38
CAPÍTULO 2 - A RELIGIÃO EM “O SANTO INQUÉRITO”: PODER E MISOGINIA.....	39
2.1 Eva e Maria: duas faces da mesma misoginia.....	46
2.2 Intolerância Religiosa na Idade Média: demarcação de poder.....	52
2.3 As engrenagens da Inquisição: Portugal e Brasil.....	57
2.3.1 Cristãos-novos no Brasil.....	62
CAPÍTULO 3 - DA NARRAÇÃO: SUA ESTRUTURA, SEUS DIZERES....	65
3.1 Bernardos, Brancas e Augustos: símbolos maniqueístas.....	70
3.2 O Santo Inquérito sob o efeito de muitas vozes.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	95

INTRODUÇÃO

As razões que me impulsionaram à realização desta pesquisa datam de longo tempo. O tema *Religião* me acompanha desde as minhas primeiras leituras, quando me debruçava, ainda menina, sobre as obras relacionadas à mitologia grega. O fascínio pelas peripécias dos deuses do Olimpo, e, posteriormente, pelas narrativas da bíblia cristã, ampliaram minha visão sobre a ocorrência dos mitos e símbolos, e me levaram a compreender a religião para além dos prismas institucionais.

Outrossim, minha natureza inquieta encaminhou-me desde sempre para o ofício de pesquisadora. Ao analisar minha trajetória até aqui, percebo que não trilharia caminho diferente. Leitora que sou desde a infância, nunca me cansou o fato de ter que ler muitos livros, ainda que não abor-dassem temas de minha predileção. Ainda assim, não posso negar minha paixão por temas medievais e religiosos, os quais incluem narrativas sobre seres mitológicos e fantásticos, como vampiros, lobisomens e bruxas.

De certo modo, essa tendência à literatura fantástica me levaria fatalmente ao autor que ora estudo, e consequentemente, à sua personagem Branca Dias, que não é apenas uma heroína fictícia, é também um mito, um ser enigmático - uma mulher cuja existência é duvidosa, o que contribui consideravelmente para que minha paixão pela sua história só aumente.

A 'simpatia' pelo autor de "O Santo Inquérito", *corpus* da minha pesquisa, também data de longo tempo – época em que eu era criança. Dias Gomes¹ era, ainda que para mim essa informação fosse desinteressante à época, o escritor da novela *Saramandaia*², exibida em meados da década de 1970, cujo enredo apresentava um universo fantástico, habitado por personagens nada convencionais; dentre eles, o homem que tinha asas, o que se transformava em lobisomem, e aquele que soltava formigas pelas narinas. Lembro-me, sobretudo, da música de abertura da novela,

¹ O capítulo 1 desta pesquisa trará várias informações sobre o referido autor.

² *Saramandaia* foi exibida pela Rede Globo no período de 3 de maio a 31 de dezembro de 1976, em 160 capítulos, às 22h.

“Pavão Misterioso”³, que funcionava como uma espécie de portal para aquele mundo vedado às crianças.

Ainda na mesma década eu teria meu segundo contato com o referido autor. Isso se daria através da reprise da novela *O Bem Amado*⁴, exibida pela Rede Globo na série “Vale a pena ver de novo”. Dessa vez, devido ao horário de exibição, tive o prazer de assistir alguns de seus capítulos.

O entendimento de que Dias Gomes era um escritor, no entanto, só me veio a partir da exibição da novela *Roque Santeiro*⁵, no ano de 1985. Embora fosse adolescente na época, consegui extrair da trama a sua intenção de criticar o abuso de poder das elites dominantes. Assim, nascia o meu fascínio pelo autor, e com isso aumentava ainda mais minha

³ A música era interpretada pelo cantor cearense Ednardo, que é autor da mesma.

⁴ Em sua primeira exibição, a novela foi levada ao ar de 24 de janeiro a 9 de outubro de 1973, às 22h. Teve a direção de Régis Cardoso e supervisão de Daniel Filho.

⁵ Foi produzida pela Rede Globo e exibida de 24 de junho de 1985 a 22 de fevereiro de 1986, com 209 capítulos. Dias Gomes criou *Roque Santeiro*, baseado em uma peça de teatro, de sua autoria, chamada *O berço do herói*, que havia sido censurada e proibida. A telenovela seria exibida em 1975 pela Rede Globo, e já tinha 30 capítulos gravados, além de chamadas anunciando sua estreia. Porém, no dia de ir ao ar, a Rede Globo recebeu um ofício do governo federal que proibia sua exibição.

paixão pela literatura e pelos mundos criados pelos escritores.

Posteriormente, quando cursei a Faculdade de Letras na Universidade Federal da Paraíba, pude estreitar ainda mais a minha relação com o mundo dos livros e da literatura. A partir de trabalhos realizados em congressos, adentrei universos de vários autores e obras, dentre os quais posso destacar José de Alencar, Machado de Assis, Monteiro Lobato, José Lins do Rego e o português Mário de Sá-Carneiro.

Passei a ensinar literatura em colégios, e ampliei ainda mais o meu repertório sobre a literatura brasileira e universal; nesse mergulho cada vez mais profundo, pude adentrar também o universo do cinema, do teatro e da televisão, que sempre fizeram uso de obras literárias em suas produções.

Anos mais tarde, tomei conhecimento do Mestrado em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba. Constatei então que chegara o momento oportuno; enfim poderia pôr em prática um projeto que há muito tempo me perseguia: analisar sob o prisma religioso uma obra de

Dias Gomes. Foi assim, associando minha inquietação de pesquisadora à minha condição de mulher, de nordestina, paraibana, apaixonada pela história popular, que cheguei a Branca Dias, protagonista de “O Santo Inquérito”, vítima de um sistema intolerante e misógino, encabeçado pela Igreja Católica.

Já como mestranda em Ciências das Religiões, tive o prazer de realizar mais uma pesquisa científica relacionada a uma obra de Dias Gomes. Dessa vez o *corpus* escolhido foi *O pagador de promessas*⁶. O trabalho intitulado “*Intolerância e gênero em O pagador de promessas*” foi apresentado no Seminário Luso-Brasileiro Religiões e Religiosidades, realizado no ano de 2009.

Trabalhar com a obra de Dias Gomes, sobretudo, com o texto de “O Santo Inquérito” é, antes de tudo, mergulhar na complexa engrenagem das relações humanas, em que se observa um eterno embate de ideologias e práticas sociais. O autor apresenta-se como crítico vigilante das formas de dominação social. Por conseguinte, as instituições

⁶ Peça escrita em 1959. Posteriormente foi transformada em filme por Anselmo Duarte, em 1962. Dentre os muitos prêmios recebidos, está o de melhor filme, conquistado em Cannes (1962).

poderosas, como o Estado e a Igreja, tomam sempre o lugar de ‘vilões’ em suas obras.

Ele produz uma literatura em prol dos oprimidos, que traz em sua temática uma visão esquerdista, de oposição a preceitos religiosos tradicionais e a discursos hegemônicos defendidos pelas elites. Seus personagens simbolizam categorias representadas por classe opressora e classe oprimida. Esta última precisa seguir normas e regras impostas para não sofrer as consequências das penalidades preconizadas pelas instituições governantes.

A peça “O Santo Inquérito” foi escrita no ano de 1966, durante o período da ditadura militar no Brasil. Para escapar da Censura, e ao mesmo tempo permanecer fiel aos seus propósitos, Dias Gomes recorre à produção desta obra, que narra a história de uma jovem vítima da Inquisição no século XVIII, e que merece destaque dentre os heróis puros e libertários criados pelo autor.

O texto foi escrito numa época de violenta repressão social, sob a bandeira da ditadura militar. A economia, a política, a cultura e a religião do país estavam então envolvidas em uma atmosfera de medo, de cerceamento da liber-

dade. A sociedade precisava ser silenciada, respeitar os ditames do Estado. Dias Gomes, como tantos outros artistas, tinha de configurar sua obra de modo que ela expressasse ‘a verdade’ da época, mas que pudesse, sobretudo, fazê-lo de modo imperceptível aos olhos atentos do regime ditatorial.

Impelidos a pôr disfarces em suas intenções, os artistas da época terminaram por produzir obras de valor artístico inigualável, uma vez que tiveram de recorrer a recursos linguísticos e gráficos capazes de “expressar”, mas também, de “camuflar” os reais propósitos da mensagem veiculada.

É nesse contexto que nasce “O Santo Inquérito” – uma narrativa que dialoga o modelo de opressão imposto e legitimado pelos militares, apoiado pelas elites dominantes, com o intuito de solidificar o modelo ideal de sociedade, definido a partir de uma visão patriarcal e excludente. Na obra, podemos identificar semelhanças existentes entre os caminhos percorridos pela protagonista e aqueles percorridos pela população brasileira no período da ditadura militar.

Em geral, a obra de Dias Gomes é caracterizada pela construção de lados distintos. O lado dos bons, representa-

do pelo trabalhador e cidadão comum, e o lado dos maus, protagonizado pelas instituições poderosas. De certo modo, poderíamos tomar essa característica como algo ingênuo no fazer do escritor, todavia, há que considerarmos a sua tendência ao irônico, ao exagerado. Suas personagens são emblemáticas, caricaturadas; não são apenas personagens, são posições sociais muito bem definidas.

Isso pode ter sido substancialmente acentuado pelo contexto da época em que foi produzida a obra, já que homens e mulheres ocupam espaços determinados a partir da lógica imposta geralmente pelos poderosos, que não raras vezes torna-se intolerante e cruel aos que não a seguem. Em “O Santo Inquérito”, Branca Dias é uma dessas pessoas que representam o diferente; é uma desviada das normas, subversiva, e deve, segundo as normas da época, pagar caro por isso.

Assim sendo, a compreensão do contexto em que a obra foi escrita, a saber a década de 1960, e a relação que esta tem com o mundo ‘criado’ no *corpus* desta pesquisa, serão analisadas a partir da análise do próprio texto. Para

tanto, aqui, como método de interpretação do *corpus* e captação de dados, será utilizada a Análise do Discurso (AD).

Lucena; Oliveira; Barbosa (2004) explicitam a importância de se utilizar a Análise do Discurso como método interpretativo:

(...) a Análise do Discurso como portadora de pressupostos teóricos capazes de oferecer investigações sobre os filigranas dos dizeres, presta-se como chave para abrir as portas desses dizeres, desvendando seus segredos que se embrenham nos “equívocos” de linguagem. Pensar a linguagem como fenômeno capaz de mover o já-dito é poder trabalhar com as possibilidades das suas transparências e não transparências (LUCENA; OLIVEIRA; BARBOSA, 2004, p.7).

A Análise do Discurso, enquanto método de investigação extrapola os limites da estrutura do enunciado. Ela estará, sobremaneira, voltada para a ‘realidade’ que há por

trás daquilo que está sendo dito. Assim, revelam-se, a partir do texto, as intenções do locutor, o lugar de onde ele escreve, o tempo em que ele escreve, as ideologias defendidas por ele, dentre outros aspectos.

Dessa maneira, as formas de dominação são sempre identificadas a partir dos enunciados e textos, pois eles são constituídos de discurso. Ninguém diz ou afirma algo sem ter uma intenção, qualquer que seja ela, ainda que os verdadeiros propósitos estejam disfarçados. Essa intenção é carregada de ideologias, de razões. As verdades vêm à tona a partir de uma investigação profunda no texto em questão, o que nos interessa muito aqui.

Os dados obtidos nesta pesquisa (textos, fragmentos) são resultantes da interpretação do texto “O Santo Inquérito”. Por esta razão, as proposições e inferências sobre a narrativa em questão devem ser tomadas como caminhos a serem considerados; são hipóteses. Portanto, não podem ser tomadas como verdades acerca da obra.

Por outro lado, tudo o que aqui for proposto, ainda que hipoteticamente, estará embasado pelos pressupostos da Análise do Discurso, e evitará qualquer tipo de pessoali-

dade ou posicionamento que fuja àquilo de que realmente nos fala o texto analisado.

Basicamente, defende a Análise do Discurso que:

(...) nos textos têm-se a erupção do discurso: “os sentidos” produzidos a partir de uma ideologia. A Análise do Discurso tenta ver como é que pode recuperar a estrutura, a ideologia, a história para construir a unidade de texto. Tenta descobrir as formações sociais que constituem os discursos, procurando ver as condições de produção em que os discursos são estruturados (CAVALCANTE, 2004, p.83).

As práticas discursivas têm íntima relação com os fatos sociais, políticos, institucionais e históricos. Os fatos são construídos a partir da reprodução dos discursos, que são responsáveis diretos pela criação das regras que vão nortear a participação do sujeito em todos esses eventos.

É cabível afirmar, a partir da proposição acima, que o sentido não se encontra no próprio texto; sua identificação dependerá sempre de uma série de fatores, a saber: a relação que o texto estabelece com quem o produz, com quem

o lê, com muitos outros textos e discursos entrecruzados, sobrepostos.

Pensando sob esse prisma, passamos a entender que na elucidação interpretativa de “O Santo Inquerito” não está envolvida apenas a intenção do seu autor, ou aquilo de que dispõe o texto em sua estrutura, mas a relação que o mesmo estabelece com quem o vai ler (nós), e com outros contextos: o nosso e o do autor, em face do cruzamento de incontáveis discursos. Desse modo, realiza-se a mais pura comunicação: o entendimento das intenções dos interlocutores.

Sobre o assunto, explicita Oliveira (2004):

O enunciado é a unidade real da comunicação verbal e enquanto tal, sua particularidade constitutiva é ter um destinatário, suscitar uma atitude responsiva. Apenas levando em consideração a alternância dos sujeitos falantes, o contato entre a língua e a realidade que se dá durante qualquer comunicação real e viva, é que podemos considerar uma sequência linguística um enunciado (OLIVEIRA, 2004, p. 181).

A nossa resposta à leitura de “O Santo Inquérito” é instantânea; isso se dá em face não da competência de Dias Gomes em estruturar o texto, mas de uma rápida compreensão ideológica acerca de suas proposições, enquanto militante em favor das classes oprimidas. Outrossim, por se tratar de uma obra de crítica social, onde encontramos um mundo mergulhado em valores que vão de encontro à liberdade do ser humano, é compreensível que haja, voluntariamente, por parte do leitor, um reforço às intenções do autor.

Há, sobretudo, um efeito catártico, provocado pelo panorama de crueldade apresentado na obra analisada. O trágico em “O Santo Inquérito” realiza um percurso semelhante ao percorrido pelas personagens das famosas tragédias gregas; o herói mais uma vez está envolto em uma situação da qual não consegue se libertar. Em determinado ponto da narrativa, Branca percebe que seu destino está traçado, e sabe que não poderá fugir dele.

A inexistência de uma saída para a heroína, na ficção, e o ambiente caótico em que ela vive, podem ser reflexos daquilo que vive Dias Gomes em seu “mundo real”; como se estivesse diante de um jogo de espelhos. Assim co-

mo Branca, ele quer falar o que sente, e não pode. Sua liberdade é cortada ao meio. O silêncio no período da ditadura militar é obrigatório. Quem quer dizer algo deve mudar as palavras, deve maquiar as intenções.

Altera-se, pois, o plano. Não se fala mal do governo. O algoz agora é a Igreja Católica, retratada em época distante, século XVIII, para que a obra não seja censurada. Aos mais atentos a mensagem certamente chegará – é mais um grito de protesto de Dias Gomes, que sai pela garganta de uma mulher a caminho da fogueira da Inquisição.

Então, sob a pena do autor, Branca não é apenas a heroína sofrida de “O Santo Inquérito”; ela é todo cidadão brasileiro que vive sob um regime opressor. Ela representa as massas sufocadas pelo velho jeito de governar cidades e homens, em nome de uma ‘ordem’ que desrespeita a liberdade do indivíduo.

Adiantemos, pois, que na ótica do autor, não queima na fogueira apenas a moça da ficção. Queima a esperança em dias melhores, queimam sonhos, amores, homens e mulheres de muitas épocas. O grito que se ouve na narrativa de Dias Gomes sai de milhões de bocas, forçadas a um

silêncio que atenta contra o amor próprio e a plenitude do ser humano.

Ademais, a escolha de uma personagem feminina pode revelar aí as marcas de uma realidade ainda mais cruel: a misoginia e o patriarcalismo protagonizados pelas elites dominantes da época, em especial, pelas instituições religiosas dos primeiros séculos da nossa colonização, que coincidem com um dos períodos mais conturbados da nossa história, no que diz respeito à liberdade do ser humano: a Contra-Reforma⁷ da Igreja Católica.

Lamentavelmente, a história da humanidade nos revela que desde sempre atribuiu-se à mulher a representação do demônio na terra. Por essa razão são tratadas ainda hoje como criaturas perigosas. Essa é uma das bases do discurso de muitas religiões.

Na Idade Média, por exemplo, o fato de muitas mulheres deterem alguns saberes populares, e por isso, senti-

⁷ Dentre muitas medidas da Contra-Reforma Católica está a criação dos Tribunais da Santa Inquisição, que, com o tempo, reduziram suas atividades em diversos países. Entretanto, com o avanço do protestantismo, a Igreja decidiu reativar, em meados do século XVII, o funcionamento destes tribunais, que se encarregaram, por exemplo, de organizar uma lista de livros proibidos aos católicos, o *Index librorum prohibitorum*. Uma das primeiras relações de livros proibidos foi publicada em 1564.

rem-se aptas a realizar partos e elaborar remédios para curar os doentes, causou uma enorme euforia, não apenas no meio acadêmico, mas também nas camadas mais abastadas da sociedade. De onde essas mulheres apreendiam tais conhecimentos? Não demoravam a ser chamadas de feiticeiras, de criaturas diabólicas.

Essas e outras práticas realizadas pelas mulheres representavam uma ameaça aos preceitos cristãos, pois atentavam contra os dogmas da instituição, pautados a lei em um deus vigilante, parcial e vingativo. Por sua vez, o discurso judaico-cristão, juntamente com os discursos de outras elites, consolidou o predomínio do homem em detrimento da inferioridade feminina, reafirmando a contraposição entre alguns conceitos: paraíso (relacionado ao homem) e inferno (à mulher), devoção (homem) e tentação (mulher), alma (homem) e corpo (mulher).

Em um trecho extraído de “O Santo Inquérito”, que consta logo abaixo, podemos inferir a perseguição por que passou Branca Dias, ao ser acusada pelos Tribunais do Santo Ofício de práticas judaizantes, as quais, nesse período, eram terminantemente proibidas.

Estão me encurralando entre o Cão e a parede. Será que foi para isso que me prenderam aqui e me tiraram o sol, o ar, o espaço? Para que eu não pudesse fugir e tivesse de enfrentar o Diabo cara a cara. É justo, senhores, que para me livrar dele me entreguem a ele, noites e noites a sós com ele, sem saber por que, nem até quando, sem uma explicação, uma palavra, uma palavra, ao menos? Não sei... Não sei o que eles pretendem. Já não entendendo mesmo o que eles falam (DIAS GOMES, 2007, p. 86).

De certo modo, podemos perceber claramente o discurso da dominação através das palavras de Branca. Para ela, sob tais circunstâncias, não há possibilidade de defesa, de argumentação. As respostas que saem de sua boca não condizem com a intenção das perguntas dos inquisidores. Não haverá absolvição no julgamento em questão, mesmo porque ela já foi julgada, desde que nasceu, por ser mulher, por ser cristã-nova, por lutar por sua liberdade.

As palavras não são utilizadas para que se consolide tão somente a comunicação entre Branca e seus algozes. A linguagem atua nos diálogos de “O Santo Inquérito” como

instrumento de (re)afirmação de poder, de identidades sociais. Verbo nenhum poderá resgatar a heroína de sua triste sorte, ainda que implore de joelhos. Não há entendimento entre eles.

A obra de Dias Gomes é recheada por momentos de incomunicabilidade entre as personagens. É quase sempre a partir da impossibilidade de se consumir tais diálogos que surgem os grandes conflitos de suas narrativas. Assim acontece em “O Santo Inquérito”, assim acontece em “O pagador de promessas”. Cada personagem compreende o sentido das palavras apenas a partir do seu lugar.

Segundo Dantas (2004, p.109), “o discurso se caracteriza pelos diferentes sentidos que cada falante atribui a uma palavra, a um enunciado, a um texto, formando assim um feixe desordenado de valores”. Nos diálogos entre pessoas e personagens não há simplesmente a ocorrência das palavras, das frases; há, sobretudo, um embate de ideologias, de práticas sociais, que se confrontam, e que passam a extrair novos sentidos do enunciado original.

Muitos discursos e vozes serão analisados nesta pesquisa; não apenas relacionados à obra analisada, mas a

várias práticas discursivas que circulam desde sempre em nossa construção ideológica.

No primeiro capítulo desta pesquisa, intitulado *Dias Gomes: um herói entre tragédias*, traçamos correspondências entre o contexto vivido por Dias Gomes – década de 1960, período de muita repressão –, com o período em que vive Branca Dias, em pleno século XVIII, época marcada pelo discurso patriarcal e intolerância religiosa.

Nesse capítulo, o autor será observado a partir de dois prismas: um em que é protagonista de uma tragédia, quando se vê impossibilitado de falar, de expressar seu ponto de vista acerca do mundo em que vive; e o outro em que recorre à ‘criação’ de Branca Dias para pôr em prática o seu discurso silenciado.

No segundo capítulo, com auxílio de vários autores, detemo-nos em apresentar relações de poder que emanam dos discursos religiosos ao longo da história da humanidade, bem como analisaremos ensinamentos e práticas discursivas judaico-cristãs que contribuíram, desde sempre, para a construção de um discurso misógino em nossa soci-

idade. Assim sendo, traçamos um panorama que relaciona intolerância religiosa, poder e misoginia.

Para que nos aproximemos do nosso objetivo principal, procuramos relacionar nesse capítulo os pressupostos teóricos acerca da intolerância religiosa, da misoginia e do poder em consonância com a obra *O Santo Inquérito*, justificando sempre a ocorrência desses elementos na referida narrativa.

É imprescindível abordarmos a misoginia em nossa pesquisa, não apenas por constituir-se como um dos discursos de dominação, mas por ser temática inerente à obra aqui analisada.

Na última parte desta pesquisa, ou seja, no terceiro capítulo, nos deteremos à análise do texto *O Santo Inquérito*. Nessa investida, embasada pelas teorias da AD, levantaremos pontos que tratam de reconhecer instâncias importantíssimas do texto em questão, a saber: os discursos que circulam nas falas das personagens – o político, o religioso –, as marcas de poder neles contidas, os embates ideológicos, a misoginia, dentre outras questões.

CAPÍTULO 1 - DIAS GOMES: UM HERÓI ENTRE TRAGÉDIAS

As personagens que protagonizam a obra de Dias Gomes estão sempre em guerra contra os mundos que as cercam. A tragédia da incomunicabilidade humana constitui sempre o ponto central da discórdia por que passam esses heróis da ficção. Geralmente, são tipos incompreendidos, homens e mulheres angustiados, vivendo sob uma lógica que lhes parece absurda. Comumente, não dispõem de liberdade; não têm poder de argumentar; no entanto, quando falam, a palavra termina por determinar suas sentenças finais.

É assim, com a intenção de relatar o choque entre discursos antagônicos, sobretudo relacionados ao contexto

do Brasil de várias épocas, que o escritor baiano, Alfredo de Freitas Dias Gomes, nascido em 1922, na cidade de Salvador, gosta de compor suas histórias. A forma pouco mascarada como as narra certamente ajudou-o a sagrar-se como um dos mestres da literatura contemporânea no Brasil. Do no de um estilo inconfundível, rapidamente encontrou espaço em vários gêneros, dentre eles, o teatro, a televisão, a rádio e o cinema.

Sua obra é solidificada através de reflexões sobre a integridade e a dignidade humana, de onde saltam questionamentos acerca do autoritarismo e da opressão. Denunciador implacável da injustiça que move as estruturas sociais, Dias Gomes utiliza-se, quase sempre, de alegorias e personagens caricatos, que justificam o terreno absurdo em que se encontra a sociedade, protagonizada por dominantes e dominados. O homem e sua luta contra a conturbada engrenagem social é temática recorrente em sua obra.

As percepções sobre o mundo e suas articulações, bem como sobre as relações humanas, afloraram-lhe muito cedo, tanto que aos quinze anos, ele se muda para o Rio de

Janeiro, onde escreve sua primeira peça, intitulada *A comédia dos moralistas*, em 1937.

A partir de 1944, iniciam-se suas atividades no rádio. Nesse período ele escreve e dirige roteiros de radionovelas⁸, com adaptações de textos de sua autoria, antes escritos para o teatro. Finalmente volta aos palcos em 1954, com a peça *Os cinco fugitivos do júízo final*, dirigida por Bibi Ferreira.

Só em 1960 Dias Gomes é consagrado como escritor com a montagem de *O pagador de promessas*, dirigida por Flávio Rangel. Esta obra literária conta a história de um homem que mora no interior da Bahia. No enredo, ele faz uma promessa para Santa Bárbara para curar o seu melhor amigo, o burro Nicolau. O curioso, no entanto, é que Zé recorre a um terreiro de Candomblé, pois na capela de sua cidade não tem uma imagem da referida santa, que, segundo o

⁸ Na Era de Ouro do rádio, o gênero radionovela foi fundamental para que a história do rádio brasileiro se configurasse. Dentre os pioneiros do gênero radiodramaturgia, no Brasil, estão Oduvaldo Vianna, Amaral Gurgel e Gilberto Martins. Posteriormente, apareceram os autores Dias Gomes, Mário Lago, Mário Brazzini, Edgar G. Alves, Alfredo Palácios, Janete Clair e Ivani Ribeiro.

sincretismo religioso, corresponde à Iansã, orixá africano, que domina os raios e as tempestades.

Aparado por essa crença, conclui o homem que sua promessa poderá ser paga sem problema algum em uma Igreja Católica. Esse é o primeiro problema por que passará a personagem. Um mundo inimaginável o espera na cidade grande, capital do Estado, espaço onde se desenvolve todo o restante da narrativa.

Como pagamento da promessa, Zé do Burro carregaria uma imensa cruz de madeira da sua cidade até a Igreja de Santa Bárbara, em Salvador. Sendo um personagem muito devoto e inocente, muitas pessoas que cruzam seu caminho terminam por conturbar os seus verdadeiros propósitos: pagar a promessa. Ainda assim, persistente, ele não abandona o seu objetivo, mas sofre com a intolerância do padre, que não permite a sua entrada na igreja; posteriormente, da polícia, que o considera perturbador da ordem. Desse modo, interferindo 'negativamente' nas engrenagens sociais, não demora até que chegue o seu triste fim.

A referida obra apresenta dois mundos em conflito, onde se observam posturas extremistas, sobretudo, as ca-

racterizadas pela personagem do padre, que parece não aceitar as manifestações populares que ocorrem ao redor de sua igreja, e que se coloca inflexível na questão central da história.

O clérigo representa o lado do poder religioso; daqueles que estão acostumados a contar a história dita como oficial. O outro mundo apresentado por Dias Gomês, é aquele protagonizado pela personagem Zé do Burro. É o mundo dos que sobrevivem isentos de voz e de vontades; tanto assim que logo ele se torna uma espécie de herói dos que transitam pelas escadarias da igreja. É a velha e conhecida guerra pelo poder, que não começa na obra em questão, e certamente não termina nela.

Fica claro que em “O Pagador de Promessas” há uma crítica por parte do autor ao formalismo clerical. O apego ao dogmatismo e o culto rigoroso da razão, a ponto de não enxergar manifestações de fé como a de Zé do Burro, são formas de intolerância, mesmo que se tente negá-la a partir de justificativas pautadas no ‘bom senso’.

Todavia, ainda que percebamos aí uma intenção, ou ainda, uma tendência a apresentar o padre como figura an-

tagônica – posto na trama para pôr obstáculos nos planos de Zé do Burro –, o autor cuida para que o ‘lado da Igreja’ seja também observado. Outros clérigos reúnem-se, sim, para solucionar o problema do pagador de promessa, e há, dentre eles, quem consiga enxergar pela ótica do campo-nês. A ausência de solução, no entanto, justifica-se pela natureza inflexível do pároco e pela intenção da narrativa em nos conduzir a uma tragédia.

Outro ponto importante a ser observado é a questão de gênero apresentada na narrativa. Essa problemática é protagonizada por Rosa, esposa do pagador de promessa, que o acompanha em sua jornada.

Lancemos um olhar crítico à sua participação na história. Para tanto, teremos de descer a um nível logo abaixo do próprio enredo da obra, o “como contar a história”, porque esse procedimento, aparentemente camuflado por verbos que indicam ‘apenas’ uma observação do fato, costuma carregar consigo um conjunto de simbologias, tabus e mitos, característicos da época em que foi escrito e do espaço onde isso ocorre. Não desprezamos, portanto, o posicionamento do narrador.

O argumento ideológico da obra circula em torno da tradição judaico-cristã, neste sentido, da mais ortodoxa, ao fazer da mulher o ser ‘privilegiado’ à tentação sexual; uma reminiscência do mito adâmico. Haveria, desse modo, uma aproximação, parece-nos, entre a Rosa de Dias Gomes e a Eva pecaminosa do discurso religioso cristão, no “bom” estilo agostiniano⁹ e sua explícita misoginia.

Este tema é recorrente tanto na literatura como na dramaturgia, provavelmente “não-intencional”, o que termina por reforçar no imaginário popular a desconfiança sexual para com a mulher, mais que isso, alimenta a crença em uma natureza sinuosa e maleável das filhas de Eva, em matéria de moral sexual, excetuando-se dessa lista, obviamente, ‘as santas’, as quais busca assemelhar-se à imagem da Virgem Maria.

Certamente uma herança edênica, baseada em uma leitura interessada e a serviço de um patriarcalismo dura-

⁹ Para Santo Agostinho, o ser humano possui os dois elementos: o masculino e o feminino; a mulher é semelhante ao homem, no entanto, ela deve estar submissa a ele, pois foi criada para ser sua auxiliar. Essa escala de valores para os gêneros também estaria relacionada ao fato de no homem prevalecer a razão e o espiritual, enquanto que na mulher sobressai o desejo. O masculino deve, portanto, comandar o feminino, pois este é oriundo daquele e não o contrário.

douro, como tal, androcêntrico, presente nos discursos religiosos cristãos, desde a patrística e o pensamento de São Tomás de Aquino, e usado como pano de fundo à famosa caça às bruxas e nos processos inquisitoriais (AGRA, 2010). Algo, infelizmente, ainda bastante arraigado à cultura ocidental; não obstante, constata-se aí, os sinais de seu esgotamento, especialmente a partir do ano mítico de 69.

É importante, ainda a respeito da narrativa *O pagador de promessas*, refletir sobre o cafetão, de silhueta luciferiana, ou um “Exu”, na sua acepção mítica mais distorcida (e também mais popular) do orixá africano, agindo com todas as suas artimanhas (demoníacas), a fim de conduzir a mulher ao pecado.

Nesse sentido, a inocência de Zé do Burro contrasta-se flagrantemente com a astúcia de Rosa, alimentada pelos encantos de um sedutor sexual. Isso é bastante expressivo na obra; o cafetão tem como certa a austeridade do pagador de promessas (o homem), a sua obediência à lei dos homens e de Deus, em oposição à solicitude de sua companheira, propensa aos desvios de conduta e aos prazeres mundanos.

É importante ressaltar, no entanto, que Rosa é levada por seu marido sem ser consultada, ou seja, também é tratada como objeto, e acompanha Zé do Burro por tradição (patriarcal). Mas ela é desejada. Cede a tentação. E, ao final, reforça a imagem do homem honrado e inocente, e da mulher, a própria perfídia em pessoa.

Ora, o casal é retratado, tendo à frente um homem afeito a honra e a religiosidade - no contexto de um hibridismo típico do catolicismo brasileiro -, que na sua saga de herói, configura-se como um mártir; por isso a intenção, na obra, de associar a personagem Zé do Burro à figura do Cristo, num exemplo perfeito de como se configura a Teoria do Imaginário de Durand nas estruturas sociais.

Posteriormente, seguindo a trilha de um roteiro quase previsível, Zé do Burro é traído, morto, crucificado, e glorificado, quando sua missão é finalmente cumprida: o povo, de quem ele tem apoio, prega-o à cruz de madeira, e o leva ao interior da igreja.

“O Pagador de Promessas” foi vencedor da Palma de Ouro no Festival de Cannes de 1962, por sua versão cinematográfica, dirigida por Anselmo Duarte.

Em 1965, o texto da peça *O berço do herói* foi interdito pela Censura da ditadura militar, dando início à longa etapa de repressão da qual o teatro brasileiro é vítima até o final da década de 1970.

A partir de 1969, Dias afasta-se do teatro e dedica-se à televisão, tornando-se o mais importante autor de novelas da época, transpondo para seus textos situações do cotidiano do nosso país, onde estão mescladas imagens fantásticas e ao mesmo tempo realistas que caracterizam sua obra no teatro. Dentre suas novelas mais conhecidas estão: *Bandeira 2* (1971); *O Bem Amado* (1973); *Saramandaia* (1976), e *Roque Santeiro* (1985). A volta de Dias Gomes à dramaturgia teatral acontece em 1977, com a montagem de *AS PRIMÍCIAS*.

Apesar do sucesso de suas telenovelas, deixou de fazê-las, preferindo, nos últimos anos, dedicar-se a minisséries televisivas, que considerava imediatas e uma forma interessante de abordar temas nacionais.

O autor foi casado com a novelista Janete Clair, com quem teve cinco filhos. Após ficar viúvo, casou-se com Maria Bernardete, com quem teve mais duas filhas. Ao longo

de sua vida, recebeu inúmeros prêmios por sua atuação no rádio e por sua obra para teatro, cinema e televisão.

A literatura e a dramaturgia brasileira ficaram de luto pela morte de Dias Gomes no dia 17 de maio de 1999.

1.1 O Teatro Brasileiro e a ditadura militar

Os intelectuais da década de 1960 tiveram a oportunidade de fazer valer a força de suas ideias ante um período conturbado socialmente. Eles participaram ativamente das manifestações em prol da liberdade de expressão. Embora houvesse nessa época, em todos os setores da nossa sociedade, injeções maciças de ideologia norte-americana, verificou-se no Brasil um posicionamento crítico desses intelectuais, que investiram na conscientização da população.

A partir desse posicionamento crítico, observa-se o interesse da população por expressões da cultura popular; ocorre um forte apego aos elementos regionais. Os artistas e intelectuais produzem obras que vão ao encontro dos apelos da população. Luta-se contra a miséria em vários níveis. Muitos projetos educacionais são implantados no país, surgem incentivos à arte participante.

Dentre alguns movimentos culturais dessa época, destacam-se o Movimento da Cultura Popular (MCP) e o Centro Popular de Cultura (CPC). Outro órgão bastante importante nessa época é a União Nacional dos Estudantes (UNE), que tem um papel fundamental na congregação de estudantes, intelectuais e artistas.

A cultura entre os anos de 1965 e 1967 passa por um período de imensa produtividade. Impelidos pelo regime, que lhes tirava o direito à liberdade de expressão, os artistas terminavam por criar obras de protestos, de grande valor artístico e cultural. Nos textos em panfletos, nas pichações dos muros, a prova explícita de que nada poderia calar a efervescência cultural da época saltava aos olhos.

O mascaramento das produções artísticas era algo muito utilizado nessa época. Era comum, por exemplo, o uso da ambiguidade nos textos para que algo ficasse apenas subtendido, ou pudesse, seguindo outro caminho, disfarçar os reais propósitos da mensagem. O autor por vezes recorria a apólogos, a alegorias etc.

Das expressões artísticas, o teatro foi, na época da ditadura militar, um dos mais importantes veículos de crítica

ao regime do governo. Como os atores estavam em cena, atuando como se aquilo estivesse ocorrendo de fato, poderiam, segundo a ótica da ditadura, influenciar a plateia diretamente. Isso, para eles, ocorria mais fortemente do que em qualquer outra expressão artística.

Os textos teatrais da época eram bastante diversificados, mas a maioria deles retratava de alguma forma os problemas sociais por que passava o Brasil. De modo que para a censura, encenar uma peça dessa natureza era atentar contra o governo militar. Em face disso, muitos teatros tiveram suas portas fechadas em noites de estreia de espetáculos. Bastava apenas que um censor encontrasse algo ‘errado’ no texto da peça.

Dentre algumas peças que foram vetadas nesse período, podemos destacar aqui *Os inimigos de Górkí*, *Morte e Vida Severina* e *Liberdade, liberdade*, todas seriam encenadas no ano de 1965.

A recorrência de temáticas relacionadas a problemas sociais nas peças, bem como a inserção de outras, de ordem sexual ou ‘imprópria’, fizeram com que o governo con-

siderasse o teatro brasileiro como instrumento de subversão e de atentado aos interesses da nação.

Após os primeiros meses de ditadura militar não houve nenhuma restrição quanto à encenação das peças teatrais. As proibições surgiram conforme apareceram as primeiras críticas ao regime implantado. Um dos textos que sofreu censura ainda no ano de 1964 foi *O berço do herói*, de Dias Gomes.

A proibição da peça ocorreu na noite de sua estreia, poucos minutos antes do seu início. O governador Carlos Lacerda assumiu ser de sua autoria o veto ao texto. Ele alegou que o autor da peça e o seu produtor, segundo as suspeitas das autoridades militares, desejavam implantar um movimento cultural com a finalidade de fortalecer o ideário comunista, bem como difundir as ideologias dos partidos contrários ao governo (MICHALSKY, 1992).

As proibições de espetáculos teatrais começaram a ocorrer em larga escala por todo o país a partir dessa data. Após dois anos de ditadura, o teatro brasileiro era um dos setores mais vigiados em todo país; passou a ser considerado pelos militares como inimigo nacional.

O governo se vê então obrigado a pôr censores espalhados por todo o país, a fim de evitar que ideologias contrárias aos interesses das nações pudessem ser veiculadas em alguma peça de teatro.

A censura estava por toda parte; “a divulgação de qualquer natureza, inclusive tradução e transcrição, referência ou comentários sobre publicação em jornais e revistas estrangeiras de matérias abordando temas ofensivos ao Brasil” (MICHALSKI, 1992, p. 60), seria combatida com mão de ferro.

Em 1979, com a revogação do Ato Institucional nº 5, a censura aos meios de comunicação diminuíram, contudo, a mesma só terá fim a partir da promulgação da Constituinte de 1988.

1.2 O Santo Inquérito

O Santo Inquérito conta a história de Branca Dias, jovem que mora na Paraíba, mais precisamente no Engenho Velho, na época de 1750. Mora com seu pai, Simão Dias, e está noiva de Augusto Coutinho, cristão de boa família.

Branca é uma moça comum, como tantas outras de sua época; tem uma vida tranquila até o dia que conhece o padre Bernardo. Na ocasião, ele está se afogando. Branca o salva. Para tanto, ela tem que realizar uma respiração boca a boca no homem. Após alguns dias, o padre Bernardo vira confessor de sua salvadora.

Inocentemente, a moça revela seus pensamentos e ações ao padre, os quais, para a mentalidade preconceituosa e supersticiosa da época, bem como para o conservadorismo da Igreja Católica, são considerados revolucionários e subversivos. Posteriormente, padre Bernardo faz um levantamento sobre Branca e sua família, pois está obcecado de paixão por ela.

Branca começa, então, a se questionar sobre a interpretação que o padre talvez tenha feito de tudo que foi dito nas conversas entre eles. Ela passa, então, a evitar seus encontros com Bernardo. Durante esse período, Branca e Augusto decidem antecipar a data do casamento, causando uma surpresa para Bernardo. Este decide entregá-la ao visitador do Santo Ofício, que se encontrava na Paraíba e decretara um 'tempo de graça' – período de benevolência da

Igreja aos pecadores que confessassem espontaneamente suas faltas.

Durante esses períodos de visitação do Santo Ofício, todos recebiam penitências leves, sendo, portanto, uma oportunidade única aos que viviam em pecado e que precisavam alcançar a salvação de sua alma; do contrário, se não se confessassem, continuariam vivendo em pecado e ameaçando a ordem imposta pela doutrina católica. Isso poderia levá-los à fogueira.

O erro de Branca, a *hamartia*¹⁰, foi ter realizado a respiração boca a boca no padre Bernardo. Essa ação desencadeou a concretização do trágico na narrativa. Aristóteles, em sua obra *A Poética*, explica que a *hamartia* não ocorre senão por um erro cometido sem que haja uma culpa moral. É o que acontece à personagem da trama.

Impossibilitado de lutar contra a atração carnal que passa a sentir por Branca, Bernardo só vê uma saída para seu desejo: entregar a moça ao Tribunal do Santo Ofício. Ela representa a tentação do demônio, e ele só estará livre se a expurgar completamente de seus pensamentos. Sua

¹⁰ Em Literatura, *hamartia* (ἁμαρτία) é um erro cometido pela personagem de uma tragédia, que resulta na peripécia (peripéteia).

convicção religiosa é tão firme que ele prefere entregar a mulher que ama a ter que entregar-se carnalmente a ela.

Intenção ou não do autor, o estado de inércia de Branca ante as investidas do Santo Ofício assemelham-se ao grau de perplexidade da população brasileira ante as ações da ditadura militar: perseguições, cerceamento da liberdade, desrespeito à integridade humana, dentre outras práticas.

Simão e Branca são informados de que foram denunciados. Iniciado o interrogatório com o pai e a filha, vêm à tona informações que, na concepção do Santo Ofício, favorecem às suspeitas levantadas pela denúncia de Bernardo. Augusto, noivo da heroína, também é preso pela Inquisição.

A protagonista não sabe que, de fato, ela é uma cristã-nova. Isso ocorre porque desde menina foi criada como se fosse cristã. Essa manobra da narrativa acentua o grau do elemento trágico, uma vez que ela jamais poderá confessar aquilo que não sabe. De certo modo, quando tal informação vem à tona, ocorre algo estranho à leitura do texto: a compreensão das investidas do Santo Ofício; não co-

mo fato aceitável, mas como compreensível, já que esta mantinha uma postura de intolerância ao judaísmo.

Após alguns dias, o delator leva Branca da prisão para o julgamento. Eles logo a consideram arrogante e tomada pelo diabo, pois, segundo a experiência do Santo Ofício, pessoas como ela é que propagam doutrinas revolucionárias e práticas subversivas.

Em determinado ponto da narrativa, o leitor pode perguntar-se: qual seria então a intenção de transformar um judeu em cristão-novo, se de fato ele jamais deixaria de ser um judeu? Possivelmente, o termo 'cristão-novo' funcionasse aos interesses do Santo Ofício como uma referência; de modo que o indivíduo classificado assim estaria sempre em um terreno de fronteira; estaria sob eterna vigília. Outrossim, a Igreja Católica perseguia, segundo seus argumentos, apenas os cristãos-novos que continuavam a realizar práticas judaizantes.

Essa seria a razão, segundo o discurso do padre Bernardo, para a acusação de Branca, já que ela mantinha costumes e práticas judaizantes sem saber que as mesmas

eram assim classificadas. A cada resposta sua durante o interrogatório, ela mais se incrimina.

Está instaurado o trágico em *O Santo Inquérito*. A heroína não consegue escapar ao seu destino. Segundo Lesky (1976), para que um fato ganhe amplitude de tragédia é necessário que seja notório o sentido da queda, já que o mundo, antes entendido como lugar seguro e palpável, transforma-se completamente; torna-se um lugar inseguro e desconhecido aos olhos do herói.

A morte de Branca em uma fogueira, por mais assustadora que seja, não constitui a tragédia em si. O fato de ter chegado a uma situação-limite, e não ter meios para escapar dela, sim, equivale ao real sentido de uma tragédia. Branca vê seu mundo desmoronar; percebe que suas chances de retornar à sua antiga vida são improváveis.

Como a história é narrada em *in medias res*¹¹, não se pode perceber o sentido da queda rapidamente. Isso só ocorre a partir dos retornos que a narrativa realiza ao passado de Branca, apresentando-nos assim o mundo tranquilo e equilibrado em que ela vivia. O contraste entre o tempo

¹¹ Técnica literária onde a narrativa começa no meio da história, em vez de no início.

passado e o atual nos mostra a amplitude da tragédia em questão: ela era feliz, vivia em harmonia com os seus; hoje está presa, a poucos dias de sua morte.

Durante o inquérito, várias vezes, tentam confundi-la e induzi-la a confessar seus crimes, porém ela se recusa a confessar o que não é verdade. Essa incapacidade de estabelecer uma comunicação entre as personagens é um ponto alto da narrativa. O leitor consegue perceber ainda mais fortemente o desespero da protagonista.

O noivo de Branca é torturado, já que ele não confessa aquilo que o Santo Ofício deseja ouvir; ou seja, a confirmação de que sua noiva é uma cristã-nova. Todavia, ele fica irredutível quanto à conservação de sua dignidade, suportando com resignação os castigos que lhe são impostos.

A prática da tortura era o método mais utilizado quando se queria arrancar de alguém uma determinada verdade. Os castigos físicos eram bastante variados, sendo mais comum o Santo Ofício utilizar o *Potro* e a *Polé*¹².

¹² As torturas ficariam a cargo de inquisidores e bispos de acordo com as decretais de Clemente V (Concílio de Viena) e seriam utilizadas principalmente nos casos em que o acusado vacilasse nas respostas ou contra ele fossem reunidos vários indícios graves. Havia cinco tipos de tortura, compostos de cinco graus diferentes: pau, cordas, cavale-

Após cansativo interrogatório, Bernardo leva Branca de volta à sua cela. Lá, ele confessa que sente o gosto impuro dos lábios dela, e esse gosto persiste em sua boca, tão fortemente, que chega a lhe causar alucinações.

Alternam-se aí os propósitos de condenação de Branca por parte do padre Bernardo: ora ele deseja condenar Branca por ser praticante de costumes judaicos, ora quer condenar a moça que despertou nele desejos que julga abomináveis. Essa dupla possibilidade amplia o universo da referida personagem, ao passo que reforça as razões do seu intento.

O amor que Bernardo sente por Branca é inaceitável aos olhos de Deus, tão assim pecaminoso que o padre, num gesto desesperado, queima a própria garganta com água quente, na tentativa de expurgar qualquer resquício de mal deixado por ela durante a respiração boca a boca. Percebe-se aí a agonia experimentada pelo clérigo. Esse sofrimento

te, polé, brasas. Ainda havia as da água e a dos borzeguins. Em Portugal eram mais comuns as utilizações do potro e da polé (NOVINSKY, 2007).

legítima sua atitude intolerante para com a ré: ela é culpada sob vários aspectos.

Posteriormente, Branca tem uma última chance de abjurar diante do Santo Ofício, aceitando a princípio, mas logo desistindo por saber da morte do seu noivo devido às torturas. Sendo assim, considera a abjuração uma forma de estar sendo conivente com a brutalidade e a opressão causadas pelo Tribunal do Santo Ofício, bem como estaria desqualificando o sacrifício de Augusto.

Quanto a Simão, pai de Branca, que também está preso, assiste à tortura de Augusto passivamente, pois quer salvar-se a qualquer custo, não levantando a voz contra a injustiça praticada contra o genro.

Decidida a não abjurar, pondo sua coragem e indignação acima do próprio medo, ela resiste à insistência dos seus inquisidores. Não há confissão que satisfaça a si mesma nem aos seus oponentes; não há crimes a serem confessados. Para ela, tudo deixa de fazer sentido, não há saída.

A heroína silencia sua defesa, mas decide ir até as últimas consequências. Prefere morrer a perder sua digni-

dade. Sendo assim, Branca Dias é condenada à fogueira pela Santa Inquisição. Sua morte é real, mas adquire um poder simbólico, pois ela passa a representar milhares de pessoas, que, como ela, preferiram a morte a abjurar sua fé ou seus ideais.

A narrativa *O Santo Inquérito* visa alcançar, basicamente, dois efeitos: informar os espectadores acerca da realidade política que não pode ser divulgada devido à censura, e conduzir a plateia à reflexão e à mobilização política. Esses objetivos influenciam toda estrutura da peça, desde a caracterização das personagens até o enredo, a ambientação e os diálogos.

Com foco na Inquisição, o autor revela a motivação política na escolha do tema, estabelecendo assim, um paralelo entre as violências da instituição religiosa e as da ditadura militar. Ao tratar da Inquisição, Dias Gomes estava, de certo modo, utilizando meios para escapar da vigilância da censura.

Já que o nosso propósito nesta etapa da pesquisa é relacionar os contextos nos quais está inserido o escritor Dias Gomes, a saber, a época da escritura de *O Santo In-*

quérito e a época descrita na ficção criada por ele, é imprescindível que utilizemos aqui o texto introdutório da peça:

O palco contém vários praticáveis, em diferentes planos. Não constituem propriamente um cenário, mas um dispositivo para a representação, que é completado por uma rotunda. É total a escuridão no palco e na platéia. Ouve-se o ruído de soldados marchando. A princípio, dois ou três, depois quatro, cinco, um pelotão. Soa uma sirene de viatura policial, cujo volume vai aumentando, juntamente com a marcha, até chegar ao máximo. Ouvem-se vozes de comando confusas, que também crescem com os outros ruídos até chegarem a um ponto máximo de saturação, quando cessa tudo, de súbito, e acendem-se as luzes. As personagens estão todas em cena: Branca, o Padre Bernardo, Augusto Coutinho, Simão Dias, o Visitador, o Notário e os guardas (DIAS GOMES, 2007, p.29).

Os elementos narrativos da sequência acima nos remetem a um contexto que não condiz, materialmente, com o século XVIII – período em que vive Branca Dias. A impressão que nós temos é de que, ao se apagarem as luzes do teatro, um mundo paralelo se descortina na mente do ex-

pectador. Auxiliado pela pouca iluminação, pelo silêncio que surge a partir desse ponto, o texto conduz à materialização de um outro contexto.

Daí por diante, soldados avançam em marcha, um, dois, três, barulhentos; um pelotão inteiro adentra ruidosamente os corredores do teatro como se quisesse tomar o lugar – fato bastante comum no período da ditadura. Mas, o que teria essa marcha a ver com o contexto da peça que logo seria encenada? Havia soldados na época de Branca Dias? Por que utilizar recursos dessa natureza para introduzir uma peça que fala sobre a Inquisição?

E as sirenes, por que tocam? Por que elas ficam insistindo até que atinjam o ponto máximo? Dois sentidos podem ser depreendidos a partir desse elemento sonoro no início da peça: primeiro, a sirene remete à ordem, ao militarismo; representa a necessidade de se obedecer a um comando estabelecido. Por outro lado, a sirene, tocando insistentemente, tão alto quanto possa, bem pode suscitar a necessidade de se resistir a esse poder instituído.

Os sentidos para o toque de sirene não se esgotam aqui. Nas fábricas, elas são responsáveis por indicar as ho-

ras em que são liberados os trabalhadores. Poderia estar funcionando como um instrumento de chamado a uma transformação. As sirenes também podem ser utilizadas para informar que prisioneiros fugiram. Neste caso, o sentido se inverteria. Ainda assim, não há como não relacionar sirene e controle.

Em seguida, ouvem-se as vozes. As vozes de comando. Esse tipo de linguagem não é exclusivo de uma época ou de um contexto; mas é bastante utilizado em ambientes hierárquicos e conservadores. As duas épocas, a de Dias Gomes e a de Branca, são um bom exemplo disso.

Assim, o primeiro recado do autor é transmitido à plateia antes do primeiro ato da peça. Por conseguinte, o público presente não assistirá apenas à história de Branca Dias, mas à história do povo brasileiro, contada de outro jeito. Não se deve cair, contudo, na ingenuidade de pensar que essa ‘transposição’ de discurso para um outro contexto cria uma realidade adaptada. Não. As formas de dominação experimentadas no século XVIII são tão legítimas quanto as do período da ditadura militar.

Um personagem bastante peculiar em *O Santo Inquérito* é Augusto. Não limita-se a seu nome a simbologia à qual nos referiremos a partir daqui, mas na forma como ele é elaborado na narrativa em questão. Primeiramente, seu nome é forte, faz referência a um imperador romano. Aliado a isso, sua natureza é plena; ele é honesto, bom, equilibrado.

Essa personagem descrita acima não é apenas o homem que Branca Dias ama de todo coração; é mais que isso. Basta apenas que saibamos que Augusto ensinou Branca a ler. Fazer isso por uma mulher em uma época moldada por concepções androcêntricas é algo muito raro. Isso pode ser traduzido aqui como “dar olhos a sua amada”. Ela era cega; ele lhe dá a visão.

O amor que Branca tem por Augusto nos é mostrado a partir da própria paixão que ela tem pela vida, e que, de certo modo, foi ampliada a partir dos ensinamentos dele. Podemos inferir que Augusto é mais que um homem: ele é a própria liberdade. Quando ele é preso e torturado, concluímos que não há muito o que esperar de Branca.

Enquanto está presa, sob intenso julgamento, ela luta firmemente até saber que seu noivo já não vive. Aos poucos, percebendo o quanto está perdida e abandonada, entrega-se à própria sorte. Já não tem o seu ponto de apoio – seu noivo – para lhe amparar.

Simão assiste à tortura de Augusto, provando que quase sempre diante da opressão e do grotesco, perde-se primeiramente o sentido da liberdade. Deixa-se que ela morra para poder escapar aos horrores da imposição. Por fim, Simão nega tudo em que acredita para permanecer vivo.

Com a liberdade morta, pouco resta a esses homens comuns, os de 1750, os da década de 1960, os de qualquer época. É disso que trata a narrativa *O Santo Inquérito*, desse jogo de poder, protagonizado por todos que vivem em sociedade. De um lado estão os que ‘vivem’ plenamente; do outro, os que apenas ‘sobrevivem’. São narrativas intermináveis sobre dominantes e dominados.

Os dominados, segundo a pena do autor, têm destino traçado; protagonizam as tragédias cotidianas. Na narrativa, fala-se da presença dos cristãos-novos na sociedade brasileira, em plena época colonial. Eles representam o lado da-

queles que não falam, que não têm voz. Vão de encontro aos interesses dos poderosos, e devem pagar pela desordem que causam na sociedade. Contudo, sabe-se que há muito mais a ser esmiuçado em *O Santo Inquérito*; não há apenas o embate entre cristãos-novos e Igreja Católica; há referência, ainda que sutil, a muitos outros embates, que existem desde sempre nas relações humanas.

Não obstante, sob outra ótica, existe a resistência, instrumentalização proposta por homens de várias épocas – intelectuais, artistas, acadêmicos. Aparecem aí, contrários ao discurso da dominação, os personagens firmes em seus propósitos: Branca Dias, Augusto, Zé do Burro, Dias Gomes e tantos outros.

Existem ainda os que não têm lados, neutralizados, que resistem passivamente, como o avô de Branca. São aqueles que perdem sua identidade, que se calam diante dos discursos de dominação. Para o bem das relações entre dominantes e dominados, os que não falam correspondem à maioria dos indivíduos. Eles não morrem quando chega a hora; eternizam-se no próprio medo.

1.3 BRANCA DIAS: mito e realidade

O mito

João Pessoa possui um bairro suburbano nomeado de Engenho Velho, que desperta polêmicas dentre muitos estudiosos. Fica a seis quilômetros do centro da Capital, e segundo alguns autores é neste lugar que teria morado Branca Dias, moça bonita, que rejeitou o amor de um padre, acabando assim nos domínios da Inquisição.

Há diversas versões de historiadores sobre Branca Dias. Para alguns ela é apenas fruto da imaginação da população; para outros, ela existiu de fato e 'foi apagada' dos registros da história dita como oficial. Contudo, se alguém se deslocar até o Engenho Velho, haverá quem tenha muito prazer em mostrar as ruínas da casa da jovem, localizadas em uma granja.

Segundo o historiador José Joaquim de Abreu (1905), ela nasceu na Capital da Paraíba em 15 de julho de 1734. Filha de Simão Dias e Maria Alves Dias, foi presa por

jesuítas e embarcada para Portugal, onde foi queimada em um Auto de Fé, no dia 20 de março de 1761.

As fontes sobre Branca Dias são quase todas colhidas da memória e do imaginário popular. Ela é apontada como símbolo religioso e vítima de uma sociedade intolerante que não aceitava a prática do judaísmo.

Ainda que se tenha registro de muitas mulheres com o nome Branca Dias, processadas pela Inquisição, nenhuma delas foi registrada na Paraíba no século XVIII, nem seu nome aparece em nenhum documento histórico que confirme sua existência.

Alguns historiadores, no entanto, incluem em suas narrativas reais a história de Branca Dias. Um desses estudiosos, José Joffly, defende que ela teria sido apagada dos registros da Inquisição: “o Tribunal do Santo Ofício em suas maquinações diabólicas manteve-a cercada de absoluto sigilo, para garantir o indispensável sigilo nas delações. Nada restou do segredo em Alhandra, nem mesmo vestígios da memória popular” (JOFFILY, 1993, p. 27).

É possível que a veneração pela figura de Branca Dias, sendo mito ou não, tenha surgido como resposta da po-

pulação à atuação nada sutil da Santa Inquisição. Essa “aparição” funciona como uma espécie de medida de resgate simbólico, em um momento que possivelmente se percebem as nuances da atuação da Igreja Católica.

Nesse sentido, quando Branca aparece no imaginário coletivo não corresponde apenas a uma lembrança. Seu ‘retorno’ é emblemático: repete-se aí o martírio, a crueldade, a constatação de que existem dominadores e dominados na sociedade; restaura-se o espírito de resistência, de esperança na coletividade.

Conforme Pinto (2006),

A saga dos cristãos-novos na Paraíba começa nos tempos da conquista e continua presente na lenda de Branca Dias é como se a imagem da famosa judia projetasse na memória popular os nomes esquecidos dos avós anatematizados pelas marcas indelévels da Santa Inquisição. Como se na evocação do martírio de Branca se pudesse resgatar o passado familiar um dia

relegado ao esquecimento. Um memorial de lembranças apenas adormecidas na alma perdida (PINTO, 2006, p. 97).

Percebe-se, segundo as palavras do referido autor, que é quase possível ‘tocar’ essa Branca Dias construída pelo capital simbólico da população. Não há material que legitime a sua existência, mas há a força do mito, e certamente as razões que motivaram sua criação são legítimas. Esse fator é decisivo para que, de fato, ela ‘exista’.

As histórias sobre mártires, sobretudo, a reprodução dos mitos, são sempre uma retomada de um desejo coletivo (CARVALHO, 2011). Neste sentido, percebe-se a força da representação de Branca, enquanto mulher, cristã-nova, firme contra uma instituição poderosa como a Igreja Católica. O povo deseja que ela não apenas tenha vivido, mas que continue eternamente viva.

A respeito desse processo de manutenção da memória, sobretudo, quando há nela interferência de relações de poder, propõe Le Goff (1984):

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1984, p.13).

O estudo da memória pode ser um grande aliado do pesquisador, já que consegue trazer à tona algumas manifestações de poder referentes à época estudada, bem como a reação das classes que sofrem tal dominação.

Então, quando histórias sobre Branca Dias circulam no meio da população, devemos entender que outros processos estão incluídos aí. Não importa, pois, que a heroína tenha de fato vivido; parece-nos que o imaginário popular tem necessidade de veicular narrativas dessa natureza para que possa sustentar os limites que lhes são impostos no cotidiano.

Jenkins (2001, p. 32) defende que “a história depende dos olhos e da voz de outrem: vemos por intermédio de

um intérprete que se interpõe entre os acontecimentos passados e a leitura que deles fazemos”. Nesse caso, tomando como exemplo o modo como Branca Dias é trazida às narrativas, percebemos nitidamente a força dessa personagem, que extrapola sua natureza humana, para agigantar-se em heroína, santa (JOFFILY, 1993).

Sendo assim, o limiar entre realidade e ficção, protagonizadas aqui pelo argumento de Dias Gomes, de estudiosos e, principalmente, do povo, que insiste em reviver o mito de Branca, é ínfimo. Constata-se que realmente não conta o fato de a personagem ser verídica ou não, uma vez que ‘as razões’ de sua existência – enquanto mito – são reais.

Dessa forma, a história, mesmo a que se diz real, constitui-se como um “romance verídico”, já que o pesquisador se apodera dos dados lidos para, a partir de um exercício de correspondências entre “as verdades” encontradas, atribuir algum sentido ao fato estudado.

Se conseguirmos pensar a construção histórica a partir dessa lógica, estaremos delegando à memória popular a possibilidade de incluir-se na história oficial, a que se conta

nos livros, não por traduzir o ‘fato real’, mas por apresentar ‘relações reais’, movidas por ‘intenções legítimas’.

Quanto mais legítima for essa intenção, mais revisitado o fato será ao longo do tempo. É o que se percebe em relação à história de Branca. Que não é uma simples história; é um símbolo.

Barros (2004) argumenta sobre essa transformação de objetos e fatos em símbolos.

Existe uma interface possível do Imaginário não apenas com o campo das “representações”, mas também com o âmbito dos “símbolos”. Neste sentido, deveremos lembrar que é possível se falar em “simbólico” apenas quando um objeto, uma imagem ou uma representação são remetidos a uma dada realidade, idéia ou sistema de valores que se quer tornar presente (a espada como símbolo da justiça). Uma imagem, portanto, pode se ver revestida de significado simbólico (BARROS, 2004, p. 58).

Para o referido autor, um pesquisador consegue problematizar a história quando traça correspondências entre o capital imagético, o simbólico, o mítico e a visão de mundo

da população estudada. Enfim, quando contempla em seus estudos elementos do imaginário da época, não com objetivo de esmiuçá-los, mas como forma de compreender a dinâmica da sociedade – economicamente, politicamente, culturalmente e religiosamente.

Sendo assim, não há por que ficar indiferente à história de Branca Dias, devido à incerteza de sua existência. Ainda que não tenha existido de fato, não há como não considerar verdadeiras as razões que a levaram a agir como agiu. Por isso a sua história resiste e é ressignificada sempre.

De acordo com Reis (2000), cada geração:

Em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a reinterpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza (REIS, 2000, p. 09).

É assim que Dias Gomes, estando na década de 1960, olha para trás e encontra Branca Dias vivendo em seu mundo. A partir dessa junção de contextos, dessa união de realidades, cria-se um diálogo atemporal. Ele consegue, então, enxergar as engrenagens da época anterior, constrói novos sentidos, juntando os dois tempos.

Com isso, perpetua-se o mito da mártir, da moça que lutou com todas suas forças contra uma instituição inteira. Não sai viva desta luta, mas, curiosamente, torna-se vencedora, pois será lembrada eternamente pela sua coragem. Branca torna-se uma heroína pela capacidade de não desistir de si mesma diante das agruras da vida. Sua imagem diviniza-se. “As personagens do mito não são seres humanos: são deuses ou heróis civilizados” (ELIADE, 2010, p. 84).

Sendo assim, ao observamos como se dá a trajetória do mito, podemos constatar como se configuram algumas relações em sociedade. A narrativa mítica auxilia na composição dos modelos identitários que devem reger o dia a dia dos indivíduos. No caso Branca Dias, por exemplo, teríamos como modelo a coragem, a resistência à dominação. Como

o povo não dispõe de força necessária para agir contra determinado regime, recorre ao mito.

A simbologia encontrada em Branca retoma uma época, mas não se limita ao tempo. O mito reacenderá sempre que for necessário fazer referência à coragem frente a uma situação de dominação. É o que ocorreu na década de 1960, quando Dias Gomes recorreu ao exemplo de Branca para expressar sua indignação ante o regime de governo implantado no país.

1.6 Branca Dias histórica

Considerada uma das heroínas do Brasil Colônia e de Pernambuco, Branca Dias viveu no século XVI, e foi a primeira mulher portuguesa a praticar “esnoga”, e uma das primeiras Senhoras de Engenho.

Em Portugal ela foi denunciada pela mãe e pela irmã, sendo assim presa pela Inquisição. Perdoada após cumprir leve pena, chegou ao Brasil com seus sete filhos para juntar-se ao marido, Diogo Fernandes, e foi viver em Camaragibe.

No processo de número 5736 do Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, consta que Branca Dias é cristã-nova, acusada de judaísmo. Após meio século, A Inquisição voltou a processar a família de Branca Dias, depois de sua mudança para o Brasil.

Branca Dias e seu marido, Diogo Fernandes, sempre levantaram suspeitas dos vizinhos e conhecidos, pois nunca abandonaram as práticas judaizantes.

Após a morte de Branca, por volta de 1588, é que ocorreu no Brasil a primeira visitação do Santo Ofício, pois Portugal nessa época estava sob o poder de Felipe II da Espanha, período em que a intolerância religiosa se intensificou.

Outras visitações ocorreram entre 1591 e 1595. Sendo assim, não demorou para acusarem a família de Branca. Os filhos dela foram presos e condenados pela Inquisição.

Em volta de Branca Dias foram criadas inúmeras lendas. Mesmo já estando falecida na época da primeira visitação, o seu nome aparece entre as vítimas da Inquisição. Dentre as lendas há a do Riacho da Prata, que tem esse

nome devido à prataria jogada por Branca quando a Inquisição chegou ao Brasil.

CAPÍTULO 2 - A RELIGIÃO EM “O SANTO INQUÉRITO”: PODER E MISOGINIA

Ainda que vislumbremos no futuro um ajustamento da importância da representação feminina e masculina em nossa sociedade, não há como fugir dos dados ainda atuais: nascer homem ou nascer mulher faz toda diferença, sim. Essa diferenciação biológica¹³ não apenas possibilita mudanças de acesso a todo e qualquer fato social, muda também a forma de se encararem as relações pessoais, de se compreender a própria vida.

Certamente, isso não ocorre por uma determinação estrutural de seus corpos ou devido ao modo como utilizam

¹³ Aqui não estamos fazendo referência ao gênero, que deve ser discutido sob outra ótica.

seus órgãos genitais. Essa padronização de posicionamentos é, sobremaneira, definida socialmente. Não é novidade que haja aqueles que desejam trilhar um caminho diferente, mas sabe-se que há regras de conduta para homens e mulheres, e essas dependerão sempre da sociedade na qual eles estão inseridos.

Reconhecendo, pois, que somos todos, homens e mulheres, moldados para a vida social sob diferentes aspectos, resta-nos discutir sobre como isso interfere nas relações humanas, bem como torna-se essencial identificar aí os discursos produzidos desde sempre em face do embate das categorias sexuais, e as formas de dominação que provêm disto.

Esse embate discursivo entre seres masculinos e femininos é muito bem retratado em *O Santo Inquérito*, sobretudo, representado pelo par que protagoniza a obra. De um lado, verificamos o discurso do poder, veiculado pelo padre Bernardo. Essa personagem defende o pensamento da Igreja e das instituições poderosas da época. Em oposição a isso, o discurso de Branca representa a voz pouco ouvida da classe oprimida, que se submete às ideologias das clas-

ses dominantes. É o discurso dos pequenos, daqueles que não dispõem de direitos ou de privilégios sociais.

Como se não bastasse o discurso religioso de Bernardo, que corresponde à ideologia hegemônica da época, ele carrega consigo a condição privilegiada de ser homem. Branca, em contrapartida, não apenas é mulher –, tendo por isso que viver sob o signo da contravenção –, mas também cristã-nova. São verdades que atentam contra sua plenitude, das quais ela não pode fugir.

Segundo Beauvoir (2009):

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram a tentar explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. Já verificamos que, quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre uma tensão, uma relação de reciprocidade (BEAUVOIR, 2009, p.1).

Não houve, pois, tomando como base as palavras da autora acima, na história da humanidade, considerando a documentação existente, antiga e moderna, e excluindo determinadas interpretações de algumas sociedades pré-históricas, momento em que a categoria *mulher* pudesse sustentar suas reivindicações frente às investidas de um sistema quase sempre avesso à sua condição sexual. Ainda que não detenhamos o conhecimento acerca do momento em que se consolidou essa hierarquia, há que analisarmos, e que certamente não é menos importante, como a relação homem-mulher vem se desenvolvendo ao longo dos séculos.

No caso do ocidente, o fator religião (judaico-cristã) foi certamente um ponto decisivo no que diz respeito à consolidação de um modelo de conduta humana baseado na supressão dos desejos carnis em prol da salvação. O corpo estaria relacionado às coisas mundanas, portanto, desinteressantes aos propósitos da lei divina. No caso específico do cristianismo, essa ideias foram bastante difundidas por

meio dos textos de Paulo¹⁴, que, dentre muitas concepções, considerava o corpo como espaço sagrado, portanto, inadequado para a consumação do pecado.

Em uma de suas cartas (GÁLATAS, 5:16-21), ele expõe as recomendações da fé cristã:

Digo, porém: Andai no Espírito, e jamais satisfareis à concupiscência da carne. Porque a carne milita contra o Espírito, e o Espírito contra a carne, porque são opostos entre si; para que não façais o que porventura seja do vosso querer. Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais sob a lei. Ora, as obras da carne são conhecidas, e são: prostituição, impureza, lascívia, idolatria, feitiçarias, inimizades, porfias, ciúmes, iras, discórdias, dissensões, facções, invejas, bebedices, glotonarias, e cousas semelhantes a estas, a respeito das quais eu vos declaro, como já outrora vos preveni, que não herdarão o reino de Deus os que tais cousas praticam.

¹⁴ Paulo de Tarso, também chamado de Apóstolo Paulo, Saulo de Tarso e São Paulo, foi um dos mais influentes escritores do cristianismo primitivo, cujas obras compõem parte significativa do Novo Testamento. A influência que exerceu no pensamento cristão, chamada de "paulinismo", foi fundamental por causa do seu papel como proeminente apóstolo do Cristianismo durante a propagação inicial do Evangelho pelo Império Romano.

Segundo as pregações de Paulo, o corpo humano não pertence ao indivíduo; o corpo é templo do Espírito Santo. Deve, portanto, manter-se puro e vigiado. Para o apóstolo, os seres humanos podem pecar de quatro maneiras contra o corpo: com fornicações – relacionadas à impureza e prostituição –, com adultério, prática da masturbação e prática do homossexualismo.

Atrelada a esse ideário estava a distinção entre amor profano e amor divino. Ainda segundo o argumento paulino, o amor profano, por ser egoísta, carnal, por não se satisfazer, termina por intervir negativamente nos propósitos do amor divino, que é pleno, e pode levar o indivíduo à experiência divina. O amor profano, por não ser construtivo, deve ser descartado, conseqüentemente, substituído pelo amor divino, pois este pode dar ao espírito todo o conforto de que ele precisa para alcançar Deus. O amor profano nada pode oferecer senão pecado e luxúria.

Por estar diretamente relacionada à prática sexual, a luxúria, desde sempre, foi considerada atributo do demônio. Essa concepção contribuiu para a concretização do senti-

mento de culpa que o homem carrega com relação à sua propensão ao sexo. Conhecer o bem e o mal “vem da experiência concreta do prazer e da sexualidade” (MURARO, 1995, p.10).

Com estas palavras, a referida autora expõe um pouco mais sobre o assunto:

E por isso que a árvore do conhecimento é também a árvore do bem e do mal. O progresso do conhecimento gera o trabalho e por isso o corpo tem de ser amaldiçoado, porque o trabalho é bom. Mas é interessante notar que o homem só consegue conhecimento do bem e do mal transgredindo a lei do Pai. O sexo (o prazer) doravante é mau e, portanto, proibido. Praticá-lo é transgredir a lei. Ele é, portanto, limitado apenas às funções procriativas, e mesmo assim é uma culpa (MURARO, 1995, p. 10).

Aos que ousassem transgredir as leis do Pai, o castigo era dado como certo. Esse tipo de repressão sexual estendia-se, sobretudo, aos clérigos, já que, por serem considerados homens da fé, propagadores dos ensinamentos do Pai aqui na Terra, teriam de servir de exemplo a toda sociedade. Não obstante, são incontáveis os casos de padres e membros da Igreja Católica que incorreram nesse tipo de pecado na época.

Em face dessa concepção, válida para todos, homens e mulheres, o sexo tornou-se artigo proibido ao ideário da época. Isso fez com que a sua prática, pelo menos no discurso, ficasse resumida ao propósito de procriação. Quem insistisse em fazê-lo por outra razão sabia que estava incorrendo em pecado.

As mulheres, no entanto, por estarem mitologicamente relacionadas à ideia do pecado original, contraíram para si uma dívida adicional: a culpa por ter desviado a humanidade de seu caminho em direção a Deus. Tornaram-se impuras de corpo e de alma.

Muraro (1995), ao referir-se ao livro de *Gênesis*, expõe que:

A partir desse texto, a mulher é vista como a tentadora do homem, aquela que perturba a sua relação com a transcendência e também aquela que conflitua as relações entre os homens. Ela é ligada à natureza, à carne, ao sexo e ao prazer, domínios que têm de ser rigorosamente normatizados: a serpente, que nas eras matricênticas era o símbolo da fertilidade e tida na mais alta estima como símbolo máximo da sabedoria, se transforma no demônio, no tentador, na fonte de todo pecado (MURARO, 1995, p.12).

Da forma como foram interpretados, os textos bíblicos foram fortes colaboradores para a consolidação dos discursos misóginos que passaram a circular em nossa sociedade naquela época, e que resistem ainda hoje. Consolidou-se a crença, sobretudo a partir da Baixa Idade Média, de que havia uma íntima relação entre o ser feminino e o demônio.

Outras tantas passagens no Antigo Testamento, sobretudo em *Provérbios*, reforçam a misoginia pregada pela ideologia judaico-cristã. Nesse livro, são muitas as referências à mulher como ser pecador e perigoso. No livro *Eclesi-*

astes, um trecho nos chama atenção pelo teor misógino que possui, o qual merece aqui uma exposição.

Eis que encontrei algo mais amargo do que a morte: a mulher cujo coração são redes e laços, e cujas mãos são grilhões. Quem for bom diante de Deus escapará dela, mas o pecador virá a ser preso por ela (ECLESIASTES, 7: 26).

No fragmento acima, percebe-se muito nitidamente a intenção do texto bíblico em disseminar uma visão negativa da mulher. Não se trata apenas de descrevê-la como ser pecador, mas de fazer com que “os bons diante de Deus” se afastem dela. Afinal, como diz o próprio texto, ela é mais amarga do que a morte. Esse discurso misógino pode ser encontrado em muitos outros livros da Bíblia, os quais estão sempre reproduzindo o momento da criação que consta em *Gênesis*.

A mulher, segundo essa concepção, seria a porta de entrada para o mal aqui na Terra. Quando desobedeceu às ordens de Deus, ela criou vínculos com o demônio – foi essa imagem que perdurou durante muitos séculos no imaginário coletivo (DUBY e PERROT, 2001). Não obstante, se-

gundo o mesmo autor, houve, a partir do século XIX, uma tentativa, principalmente por parte de alguns clérigos, de reacender nas mulheres a ideia de um arrependimento, pautado na figura de Maria Madalena.

Essa suposta contramão dos fatos, na verdade, era bastante conveniente aos propósitos de consolidação de uma sociedade cada vez mais embasada em concepções patriarcais, já que, resgatando-se essas mulheres, os padres estavam ajudando “as virgens a permanecer puras, as viúvas a permanecer castas e as damas a cumprir sua função de esposa” (DUBY e PERROT, 2001, p. 67-68), estabelecendo, assim, uma ordem bastante aprazível a um mundo dominado por homens.

Ainda segundo o referido autor, os clérigos insistiam no modelo de esposa ‘perfeita’, devotada, para que as mulheres, orgulhosas de suas virtudes, pudessem se engajar completamente no projeto de restauração de si mesmas e da sociedade. Consequentemente, transformar-se-iam em aliadas da Igreja. Para isso, no entanto, teriam de abdicar de seus desejos carnavais. Os contatos corporais com seus

esposos teriam o único propósito de procriação, nunca de prazer ou satisfação pessoal.

Cresce assim o valor da virgindade, e como modelo perfeito de mulher elege-se a Virgem Maria, mãe de Jesus. Assim sendo, toda devoção à Maria caminha inconscientemente, ou não, nessa direção: abnegação e celibato. Ainda segundo Duby e Perrot (2001), 'o valor' das jovens mulheres passou a ser 'medido' em decorrência de sua reclusão social. E sendo, portanto, a virgindade a 'moeda' de compra de um bom casamento, supervalorizou o desejo dos homens pelas virgens, ao passo que intensificou-se o zelo dos pais por suas filhas.

Com palavras do autor, reforçamos o argumento:

Apenas às virgens as bodas são prometidas. As esposas permanecem no pecado. Jesus as mantém a distância. Mostra-lhes como se conduzirem. Misericordioso, alimenta sua esperança. Mas não as acolhe imediatamente em seu leito (DUBY e PERROT, 2001, p. 94).

De certo modo, essa lógica era absurda. Só havia valor enquanto houvesse virgindade. As mulheres casadas, por já terem perdido a sua, deveriam resignar-se em sua tarefa diária de educar os filhos e de cuidar de seus maridos. Para a sociedade, elas perderam a pureza, teriam de abdicar das vontades e dos prazeres. Como esposa devotada, temente a Deus, só havia uma possibilidade de caminho: renunciar a si mesma (MURARO, 1995).

Ainda assim, com todo esse zelo, a imagem feminina que fulgura no ideário coletivo da época é a da Eva pecaminosa. Isso explicaria, portanto, a expansão do culto a Maria, após o século XII, funcionando como uma tentativa de aproximar-se do modelo de perfeição.

A mãe de Jesus, por ter concebido sem prazeres carnaís era o exemplo de mulher a ser seguido; não havia mácula em seu ser, ao contrário de Eva, que trazia consigo o estigma do pecado original.

Essa matemática era complicada para as mulheres, já que fatalmente teriam de ‘pecar’ se quisessem ter filhos. Acrescente-se a isso o fato de que nessa época a materni-

dade era quase uma obrigação. Como se aproximar, então, do modelo Maria, sem ser mãe?

Barros (2001) expõe uma outra face desta questão:

A Igreja, ao impor a virgindade e a castidade eternas de Maria e ao estender esse ideal a todas as mulheres, acreditou estar inibindo a sexualidade feminina, mas na medida em que esta sexualidade emana naturalmente da mulher, a proibição acaba provocando um desejo muito maior, veiculado através de um poder sutil, embora profundamente ativo, e que atraía com muito mais força (BARROS, 2001, p.150).

A tentativa de mascaramento da sexualidade feminina contribuiu, nesse sentido, para uma visão oscilante a respeito da mulher. Ela é aquela que se eleva a um grau inatingível, enquanto Maria, e também a outra, que cede aos prazeres da carne, enquanto Eva. Suas posturas são contraditórias, ainda que constituintes do mesmo ser; por isso ela trafega entre inocente e culpada, amada e desprezada, santa e demoníaca.

As concepções acerca das mulheres, a partir das transformações observadas na Europa, sobretudo relacionadas às investidas da Contrarreforma, tiveram uma certa abertura. Devido aos ares de insegurança por parte dos clérigos católicos, houve uma preocupação em manter os fiéis dentro da Igreja, bem como de arrebanhar contingentes ainda não cristãos à religião. As mulheres estavam incluídas nessas populações-alvo.

Mesmo dentro do segmento Luterano, ainda que alguns moralistas defendessem a ideia de que todos deveriam ter acesso aos livros e à educação – *inclusive as mulheres* –, a educação da época dispunha de pouco espaço às mesmas, já que as famílias tinham seu modelo embasado no patriarcalismo (SONNET *apud* DUBY e PERROT, 1991).

Uma discussão estava sendo travada entre os estudiosos da época: Como fazer a sociedade do século XVIII compreender que a mulher dispunha de habilidades para lidar com a educação das crianças? Como transformá-la em ‘guardiã da infância’, se a sua imagem desde sempre esteve relacionada ao pecado original? Aos poucos, vai se atribuindo a essa mulher também as virtudes inerentes à materni-

dade, como paciência, resignação, doação, amor, generosidade; atributos que advém, de certo modo, da figura da Virgem Maria (SONNET *apud* DUBY e PERROT, 1991). Como mãe, a mulher consegue redefinir a sua imagem e a sua importância na sociedade.

Segundo a autora, não houve uma evolução do pensamento acerca das mulheres; o que ocorreu foi uma inversão de valores: o ser antes considerado maligno e ardiloso passou a ser bondoso, equilibrado e justo.

Às considerações mencionadas anteriormente, podemos acrescentar as palavras de Fontelas (2006):

A Igreja ao condenar Eva e ao santificar a Virgem Maria produziu um pensamento dicotomizado e indutor da atitude misógina. A mulher elencada nessa liturgia do mundo como um ser incompleto, como Aristóteles chegou a defini-la, torna-se símbolo do pecado em Eva e a imagem da renúncia personificada em Maria. Nesses extremos antagônicos divaga a mulher almejando criar um ideário de fusão dessas imagens onde o espelho da história possa refleti-la para os séculos vindouros (FONTELAS, 2006, p.76).

2.1 Eva e Maria: duas faces da mesma misoginia

De acordo com a mitologia judaico-cristã, notadamente dos textos apócrifos, a primeira mulher criada por Deus não foi Eva, e sim, Lilith. O que se diz sobre a mesma é que ela não aceitou a superioridade de Adão, tampouco se rendeu à soberania de Deus, tendo sido por isso castigada com severidade. Em consequência dessas intrigas, ela deixa o paraíso e se une ao demônio. Como havia sido criada da mesma substância que Adão, supunha que poderia usufruir a mesma autoridade, mas esse direito não foi dado a ela.

Segundo a tradição oral, esta seria uma de suas falas “Por que ser dominada por você? Contudo eu também fui feita de pó e por isso sou tua igual” (SICUTERI, 1985, p. 35).

Algumas versões do mito alegam que as diferenças entre o casal surgiram quando Lilith questionou o fato de sempre ficar “por baixo” durante a relação sexual, demonstrando com isso sua intenção de ficar também por cima, o que não seria admitido. A partir do momento que se junta ao demônio, ela teria gerado uma infinidade de seres malignos,

que eram considerados as criaturas mais abomináveis para as populações na Idade Média.

A imagem criada em torno dessa primeira mulher sofrerá distorções até transformar-se na representação feminina do demônio. Séculos mais tarde, atribuir-se-á também a Lilith o aparecimento de bruxas e hereges. Sendo criaturas tão maléficas, capazes de atentar contra a ordem e a Igreja, só poderiam ser influenciados por Lilith.

Do ponto de vista de sua significação simbólica, ela pode ser considerada:

(...) uma vontade poderosa que não se dobra diante da pressão masculina e prefere a transgressão à vassalagem. Lilith é ímpeto sexual, mulher emancipada em fuga, sombra maligna por se haver considerado em pé de igualdade com os homens; é igualmente a mais remota concepção feminina, que transmigrou para o judaísmo pós-bíblico a partir da mitologia da antiga suméria como a primeira mulher de Adão, como ele, criada do pó e insuflada com o sopro divino para fundar a nossa espécie sem que houvesse aparente superioridade do homem sobre a mulher, até enfrentar no leito o desafio de sua submissão, o que provocou uma retificação mitológica por meio da suposta debilidade de Eva (ROBLES, 2006, p.33).

A tradição oral, bem como os clérigos, que já haviam ‘expulsado’ Lilith do paraíso, trataram de apagá-la da memória coletiva ao longo dos séculos. O mito, então, ficou adormecido durante bastante tempo, ressurgindo somente no século XXI, a partir dos achados do Mar Morto¹⁵.

No entanto, para muitos (na versão vigente da Bíblia), o mito da criação narrado no livro do *Gênesis* aponta Eva como o primeiro ser feminino. Curiosamente, ela também desobedece às ordens de Deus, levando seu companheiro, Adão, a segui-la nessa investida pecaminosa. Segundo o mito, no Paraíso, eles não deveriam comer o fruto da árvore do conhecimento, mas Eva não resistiu à curiosidade. Esse pode ser considerado o erro fatal, pelo menos na visão oci-

¹⁵ Os Manuscritos do Mar Morto são uma coleção de centenas de textos e fragmentos de texto encontrados em cavernas de Qumran, no Mar Morto, no fim da década de 1940 e durante a década de 1950. Foram compilados por uma seita de judeus apocalípticos conhecida como Essênios, que viveram em Qumran do século II a.C. até aproximadamente 70. Porções de toda a Bíblia Hebraica foram encontradas, exceto do Livro de Ester e do Livro de Neemias. Os manuscritos incluem também livros apócrifos e livros de regras da própria seita.

dental, cometido pela primeira mulher; afinal, esse deslizaria consequências negativas para toda humanidade.

O primeiro homem era obediente, temente às leis de Deus; vivia em harmonia com todos os elementos à sua volta. Eva, por outro lado, era curiosa, inquieta; quis experimentar o fruto proibido. A serpente, sabendo de suas inclinações para o mal, induziu-a saborear o tal fruto. Pronto. Estava traçada a sua trajetória para todo o sempre.

Segundo Leal (1995), não era intenção de Deus criar a mulher; ela foi criada para satisfazer as necessidades do homem. Isso pode ser comprovado a partir de um trecho encontrado em *Gênesis*: “não é bom que o homem fique só”. Então, para que fossem dois em uma só carne, ela foi gerada a partir de uma das costelas dele.

Agostinho, considerado um dos doutores da fé cristã, defende que a única função da mulher é procriar. Ela nada mais seria que o *adjutorium* (a ajuda) do homem. Em sua concepção, homem e mulher são complementares, mas ele é superior a ela. Para Duby e Perrot (2001), o caráter indissociável dessa união não se pode atribuir aos dois elementos constituintes:

Se o homem separa-se de sua mulher por causa qualquer que não seja fornicção, mutilado de uma costela, já não é completo. Para a mulher é bem pior: se abandona seu homem, ela não existirá mais para Deus, pois não é, de início, um corpo completo nem uma carne completa, mas apenas uma parte oriunda do homem (DUBY e PERROT, 2001, p. 51).

Ainda que possua um caráter profundamente simbólico, essa passagem bíblica contribuiu para a consolidação de uma visão negativa da mulher; e que, lamentavelmente, vigora ainda nos dias de hoje. Não apenas isso, a própria Igreja se encarregou de reafirmar esse ideário ao longo dos séculos.

Assim como ocorre em outros mitos – utilizemos aqui Pandora –, a primeira mulher para os que seguem a doutrina judaico-cristã teria atentado profundamente contra a harmonia que havia entre *o Céu* e *a Terra*, tendo por isso contraído uma dívida que seria paga por toda humanidade.

Muraro (1995) tem contribuições importantes sobre o assunto:

(...) como as mulheres estão essencialmente ligadas à sexualidade, elas se tornam as agentes por excelência do demônio (as feiticeiras). E as mulheres têm mais convivência com o demônio “porque Eva nasceu de uma costela torta de Adão, portanto nenhuma mulher pode ser reta” (...) A primeira e maior característica, aquela que dá todo o poder às feiticeiras, é copular com o demônio. Satã é, portanto, o senhor do prazer (MURARO, 1995, p.15).

Tão subjugada na sociedade era a mulher que tinha de submeter-se à autoridade dos homens de sua família; a um irmão, ainda que fosse mais novo que ela, ao pai, posteriormente, ao marido.

Esse discurso teve muita força durante meados do século XVIII, pois nessa época reforçou-se a crença de que as mulheres eram seres inaptos a reger suas vidas sem a interferência dos homens. Eram “dotados apenas de sentimentos, sem racionalidade ou discernimento” (CARVALHO, 2001, p.142).

Os principais fiscalizadores de conduta das mulheres eram os padres e membros da Igreja. A eles era dada a au-

toridade de cobrar delas a observação de todas as recomendações a elas atribuídas.

Ainda que fosse do conhecimento de todos à sua inferioridade, só mesmo os membros da Igreja teriam condições de colocá-las no caminho da ordem e da retidão. Ainda segundo Carvalho (2001, p.142), elas tinham inclinação a “pecados como desobediência, vaidade e, sobretudo, luxúria”; eram características inerentes ao ser feminino.

Assim, para que pudessem se redimir de sua condição pecadora, cuja causa remonta aos primórdios da criação – quando Eva cede aos conselhos do diabo –, elas tinham que ter uma vida embasada em práticas cristãs, nas quais incluíam-se visitas regulares ao confessionário, contrição, bem como obediência aos sacramentos, como o casamento.

A proposição de Martins (2009) reforça o que foi mencionado acima:

O pecado original, a consequente expulsão do paraíso e os castigos impostos a todas as gerações futuras têm sido constantemente alegados para justificar a supremacia do homem sobre a mulher. No entanto, a tradição talmúdica e teológica cristã, sobretudo a patrística, identifica em

outra passagem do *Gênesis* as raízes da inferioridade feminina (...) A hostilidade ao feminino também pode ser sentida em várias passagens do Antigo Testamento bíblico, sobretudo no livro dos Provérbios onde podem ser encontrados “edificantes” conselhos a respeito do trato com as mulheres, sempre inclinadas ao pecado (MARTINS, 2009, p.4).

Apesar de perceber aí uma das bases para o discurso misógino que veicula nos ensinamentos judaico-cristãos, a autora enxerga também na atitude de Eva o surgimento de um ser que “assume o direito de viver entre o bem e o mal: é a propulsora do livre-arbítrio”; não apenas isso: “pode-se afirmar que contava com um raciocínio eletivo superior ao do companheiro, que, em sua passividade, deixou-se conduzir pela esposa” (MARTINS, 2009, p.4).

Os efeitos do discurso misógino difundido pela Igreja, como definiu a teóloga Uta Ranke-Heinemann, não se limitaram ao universo religioso; estenderam-se a todos os setores da sociedade. Ela define o século XIII como “a idade áurea da teologia – e o apogeu da difamação misógina” (RANKE-HEINEMANN, 1999, p.191). Para nós, ocidentais,

esse discurso definiu o papel da mulher em nossa sociedade.

Ainda na concepção da autora, esse período representa um dos momentos mais críticos no que diz respeito às práticas misóginas em sociedades cristãs. Se houve um período de latência em momentos anteriores, é a partir do século XIII que os posicionamentos tornam-se mais radicais. Essas manifestações inspiram, de certo modo, o período que ficou conhecido como *caça às bruxas*¹⁶, que ocorrerá séculos mais tarde.

Contexto semelhante ocorre em *O Santo Inquérito*. Toda a trama se dá em torno do julgamento de uma cristã-nova acusada de heresia. Na referida narrativa fica ainda mais evidente a visão misógina do seu delator, uma vez que sendo padre, e estando apaixonado por ela, a única saída

¹⁶ Período de perseguição religiosa e social que começou no século XV e atingiu seu apogeu nos séculos XVI e XVII principalmente na Alemanha, na Suíça e na Inglaterra. As antigas religiões pagãs e matriarcais eram tidas como satânicas. O mais famoso manual de caça às bruxas é o *Malleus Maleficarum* ("Martelo das Feiticeiras"), de 1486. No início do século XIV, na parte central da Europa, começaram a surgir rumores e pânico acerca de conspirações malignas que estariam tentando destruir os reinos cristãos através de magia e envenenamento; falava-se de conspirações por parte dos mulçumanos e de associações entre judeus e leprosos ou judeus e bruxas.

encontrada por ele é denunciá-la ao Santo Ofício. Para ele, Branca é a representação do mal; ela pode desviá-lo de seu caminho.

Ainda que tenha vivenciado o rigor de uma educação religiosa, permeada por ensinamentos que condenam os contatos carnavais, Bernardo se vê atraído sexualmente por uma mulher. Isso vai de encontro a tudo em que ele acredita. Assim, impossibilitado de fugir às tentações desse amor, mas proporcionalmente decidido a não profanar a sua fé, padre Bernardo opta por sua religião, e decide investir contra a fonte daquele desejo proibido: Branca.

Sobre o assunto, Vasconcelos (2005) defende que:

Ao buscarem as leituras e interpretações do Gênesis, os padres medievais não estavam preocupados apenas com os seus fiéis, eles também precisavam cuidar de si mesmos. Estando na categoria dos homens não sexuados precisavam convencer-se de que a mulher é um agente de satã na Terra, nela só existiria tentação e sedução, portanto era preciso afastar-se para obter a salvação (VASCONCELOS, 2005, p. 6).

Na Idade Média, o imaginário ocidental, tomado pelos fundamentos do cristianismo, passa a fazer associação entre a mulher e o demônio. Diferentemente do que ocorria nas sociedades pagãs, a atuação da mulher em comunidades cristãs restringia-se aos limites do lar. Como figura diabolizada, ela incorpora de fato o estigma das filhas de Eva, representação da desobediência a Deus e da perdição (DE-LUMEAU, 2003).

Durante muito tempo, a mulher foi considerada propriedade do seu marido; seu espírito, pelo contrário, deveria ser de domínio de Deus. Por esta razão, em hipótese nenhuma ela poderia perder sua pureza. Sua castidade teria de ser mantida ainda que estivesse casada. Suas relações sexuais tinham de ser feitas apenas quando fossem procuradas pelos esposos, e com intenções de gerar filhos.

Para que não pudesse visualizar o ato sexual – que era impuro e imoral –, a mulher ficava de costas para o marido. Essa posição a deixava completamente passiva, sem possibilidades de movimento ou de demonstração de emoção. Segundo as recomendações da religião, ao marido também era vetada a manifestação de prazer durante as

relações sexuais (DUBY e PERROT, 2001), pois poderia macular os reais propósitos do matrimônio. Não obstante, era comum que os homens buscassem prazer ou mesmo relações amorosas fora de casa.

Estas palavras de Amaral (2006) complementam o argumento iniciado anteriormente:

As moças eram educadas aprendendo a bordar, ter cuidado com as crianças (bebês), deviam ser doces, tímidas, modestas, castas, discretas, prendadas e religiosas. Eram educadas para ser esposas. A castidade deveria ser guardada por dois motivos principais: a honra da família e a salvação da sua alma. (...) Era preciso que houvesse procriação sem luxúria, e devia ser eterno, indissolúvel. Quando a moça recusava-se com veemência a casar-se com o noivo escolhido pelos pais, estes, recorriam a ameaças de cortar-lhe os víveres ou deserdá-la, obrigando-a a ceder (AMARAL, 2006, p.1).

Como podemos constatar, os caminhos das mulheres já estavam traçados desde o seu nascimento. Não havia tolerância ao desvio. É exatamente isso que se observa na personagem Branca Dias. Sua trajetória é desviante; ela

não se encaixa no perfil estabelecido às mulheres de sua época. O fato de ser cristã-nova em um período de extrema intolerância religiosa a transforma em um ser perigoso.

A personagem carrega em si marcas negativas que certamente seriam amenizadas se fossem colocadas em um homem. A relação que se fazia entre a mulher e o diabo têm influência significativa nos eventos que culminam com a morte da heroína na fogueira.

Tamanha era a aversão dos clérigos aos que não professassem a fé católica, que os convertidos, por terem vivenciado o contato com outra fé, eram ‘vigiados’ e tratados de maneira diferente (CARDINI, 1996). O autor acrescenta com suas palavras algo sobre o assunto mencionado:

Insegurança da Igreja que, com medo da heresia, perseguia velhas superstições das quais nunca, até então, havia cuidado; desastres climáticos, econômicos e sociais para os quais era necessário encontrar um “bode expiatório” a quem atribuir responsabilidade; novo e duro controle da sociedade pelo estado absolutista. Estas três circunstâncias, atuando ao mesmo tempo, foram a origem da caça às bruxas como da perseguição de outros marginais, inclusive os judeus (CARDINI, 1996, p.13).

Como se pode constatar, houve uma grande investida da Igreja em reiterar a imagem da mulher como ser maligno; como ser que havia selado um pacto com o diabo, tendo colaborado, dessa forma, para a derrubada da Igreja. Houve, principalmente no século XV, uma intensa propaganda, produzida pelos teólogos, acerca da tendência que a mulheres tinham à bruxaria. Essa foi sem dúvida uma das causas para a consolidação do período conhecido por “caça às bruxas”.

2.2 Intolerância Religiosa na Idade Média: demarcação de poder

Antes de adentrarmos mais especificamente neste tópico, é preciso compreender algumas manobras discursivas que circulam desde sempre em torno do tema Inquisição. Não há aqui intenção de amenizar os horrores causados pela atuação do Santo Ofício em várias partes, mas de esclarecer algumas informações que tendem a cair no senso comum, sem recorrer às fontes necessárias.

Segundo Tavares (2004) há uma enorme soma de trabalhos acadêmicos, de reportagens acerca do tema em questão, que tendem a desvirtuar os reais caminhos percorridos pelo Tribunal do Santo Ofício; aqui podemos considerar algumas delas hipertrofiadas. Essas concepções partem de discussões superficiais sobre o tema e que terminam por dar-lhe um caráter simplista e pouco convincente.

Ainda segundo a autora, essas ideias teimam em desconsiderar o “contexto mental” do período em que foram disseminadas e desenvolvidas as práticas do Santo Ofício, enquanto instrumento, ainda que cruel e intolerante, de manutenção da fé da religião, e das questões políticas implicadas em sua ocorrência.

Aqui utilizaremos as palavras de Tavares (2004):

Entre essas visões cristalizadas e “pré-conceitos” acríticos podemos recordar alguns dos mais recorrentes que não são mais do que o produto de intensivos tempos de propaganda e polêmicas que teceram uma “lenda negra” do Santo Ofício e de instituições que colaboram ou convivem com este tribunal. Essa marcante cultura de propaganda e polêmica deu origem a avaliações defasadas na integração

e valorização da Inquisição naquilo que podemos chamar a história universal da repressão (TAVARES, 2004, p.298).

Ela enumera algumas dessas imagens acerca da Santa Inquisição, às quais denomina “hiper-focalizações”. A primeira, segundo sua argumentação está relacionada à investida dos países europeus em considerar as ações do Santo Ofício em Portugal e Espanha mais violenta do que as que ocorreram em seus territórios.

A intenção aí era certamente a de empurrar para o terreno vizinho aquilo que o mundo todo – quando da avaliação da atuação dos horrores da Santa Inquisição no mundo –, havia considerado como evento abominável e aterrorizante na história da humanidade.

Outra ‘verdade’ que veicula diz respeito à acusação de que o Santo Ofício seria, à época, a instituição que mais usava de instrumentos de tortura, de repressão, sobretudo, de violência psicológica. Isso é verdade. Porém, quando comparar os métodos utilizados pelo Estado com os do Santo Ofício, constataremos que ambos utilizavam mecanismos torturantes e violentos em semelhante escala.

Uma das hiper-focalizações está relacionada à propaganda religiosa do ramo protestante, que diversas vezes tentou se eximir de sua participação em processos inquisitórios, que não raras vezes, terminavam em sentenças de morte, tal qual ocorria nos tribunais católicos. As acusações que mobilizavam os tribunais protestantes eram semelhantes às que aconteciam no Santo Ofício.

Um outra hiperfocalização diz respeito à ligação dos jesuítas com os Tribunais da Inquisição. É preciso, para que se compreenda a fundo essa questão, verificar o contexto em que isso possivelmente teria ocorrido. Ainda que possamos conceber que alguns dos membros da Companhia de Jesus pudessem realmente ter aderido às concepções do Santo Ofício, temos que levar em consideração as propagandas negativas feitas pela política do Marquês de Pombal, que investiam violentamente contra os jesuítas.

Vale retomar aqui as palavras de Tavares (2004) sobre a necessidade de não interpretar a história a partir de um único prisma:

A realidade histórica é sempre mais complexa do que aquilo que fazem as simplificações muitas maniqueístas dos nossos juízos, e quando da Inquisição e dos Jesu-

ítas se trata, tanto mais vasta e impetuosa é a tentação simplificante das nossas conclusões. Mas acima de tudo, o terreno historiográfico do estudo e das questões inerentes ao Tribunal do Santo Ofício é aquele em que as análises mais podem correr o risco enfermado pela paixão do historiador de hoje e pelas marcas de sua mundividência, isto é, no seu horizonte mental e ideológico. Trata-se, com efeito, de um terreno altamente movediço (TAVARES, 2004, p.67).

Como foi dito no início do tópico, essas imagens descritas pela autora nos levam a refletir acerca de tudo aquilo que temos ouvido sobre os Tribunais do Santo Ofício. Voltamos a mencionar que a nossa intenção é tentar enxergar sob outras lentes esse período tão conturbado da nossa história. Sobretudo, em nossa pesquisa devemos privilegiar o discurso que circula nas sociedades estudadas aqui. Por outro lado, em se tratando da atuação do Santo Ofício, que envolve muitas identidades sociais, parece-nos salutar compreender como era formado esse discurso religioso nos séculos em que atuaram os tribunais.

O próprio Dias Gomes, ao escrever *O Santo Inquérito*, de certo modo, ‘pegou carona’ nos livros e nas imagens

cristalizadas em torno do tema. A elaboração de uma relação amorosa como motor da narrativa, e ainda proibida, entre o padre e a protagonista, ao nosso ver, é uma ótima tática para não ter que se aprofundar tanto nas questões relativas aos procedimentos do Santo Ofício; embora, na obra, o leitor seja contaminado pela ótica do narrador, e enxergue, com lentes de ampliação, a crueldade do Santo Ofício, em agir de forma tão arbitrária e cruel.

A montagem do Tribunal na narrativa é sutil, os mecanismos necessários à sua ocorrência são, talvez propositalmente, superficiais, mas não imperceptíveis sobre como funcionavam, e como poderiam ser torturantes e injustos. O que sobressai na obra são as investidas do padre Bernardo, louco de paixão, que, por não saber administrar tal sentimento, entrega o 'seu objeto de amor' à Santa Inquisição. É de fato uma história sobre poder, misoginia, inveja, ciúme, paixão, muito mais do que sobre os Tribunais do Santo Ofício.

A relação apresentada aqui entre a história dos historiadores e a história de Dias Gomes nos serve para que entendamos a divergência que há nos procedimentos de ela-

boração, bem como nos objetivos que se buscam a partir dessas elaborações. Ainda que baseada em possíveis fatos reais, *O Santo Inquérito* é ficção; o historiador lida com outra matéria.

Tavares (2004) nos lembra que é preciso interpretar os dados históricos tomando como elementos primordiais o contexto e a mentalidade da época. Nesse sentido, ele considera ingênuo o posicionamento antagônico de alguns historiadores, que lançam seus olhares a partir de um lugar muito distante do mundo analisado por ele.

Em outras palavras, é preciso entender que a sociedade da época, de certo modo, fazia juízo acerca da atuação do Santo Ofício muito diferenciada daquela que fazemos hoje.

Ainda assim, a autora não quer com isso que desconsideremos os horrores causados pelo Santo Ofício, simplesmente porque no contexto ele funcionava com olhos de cumplicidade por parte da população. Não há como não repudiar tais procedimentos, ainda que eles tivessem esse endosso social.

O que não se pode fazer é manter-se sob uma única perspectiva, sem levar em consideração a dinâmica dos eventos que ocorrem em sociedade. No exercício da historiografia, não há um só lado a ser considerado.

Quando se trata de acontecimentos que envolvem pessoas há sempre muitas possibilidades de se olhar o fato.

Eis aqui um reforço do que vem sendo mencionado pela autora:

(...) não procurar o distanciamento que se exige para fazer uma história complexizante, é acrescentar pouco à construção de conhecimento histórico que deve ser “esse conhecimento das sociedades vivas, nunca o seu julgamento e enquadramento doutrinário. A história é um campo de conhecimento sempre em construção. Para a tal urge perfilar cada vez mais corajosamente uma história aberta capaz de integrar e usufruir sem preconceito dos contri-

butos de outras áreas do conhecimento que possam levá-la mais longe na percepção do homem e do seu percurso através do tempo (TAVARES, 2004, p. 299).

Assim, dá-se licença à elaboração de *O Santo Inquérito*, no sentido de que o autor não tem compromisso acadêmico com a historiografia. A obra é um recorte dentro de uma época, e o enredo principal é possível, ainda que retrate um julgamento que nem mesmo se tem certeza de que ocorreu de fato. A grandeza da obra está no jogo de poder que se nos apresenta por meio de diálogos travados entre as personagens principais. A narrativa não quer provar fato nenhum historicamente; sua preocupação é nos mostrar o embate de discursos, a fragilidade e a crueldade humana.

Lembre-mo-nos, ainda com relação à elaboração de *O Santo Inquérito*, que o objetivo principal do autor era falar de um período de profunda repressão social, mas que para isso ele necessitava “desviar” o olhar dos militares, que estavam em seu encalço. Ele utiliza o século XVIII de empréstimo. Não tem domínio sobre os acontecimentos dessa época. O que recolheu para escrever sobre a Inquisição em sua

obra veio dos livros, possivelmente, de visões cristalizadas acerca do tema. Ao nosso ver, isso não diminui o valor da obra em questão.

Serviço diferente realiza o historiador. Esse profissional, sim, tem compromisso com o entrecruzamento de fatos, e deve evitar, sempre que possível, posicionamentos unilaterais, que terminam por ‘empobrecer’ os eventos analisados:

A história joga o seu futuro precisamente nessa atitude “ecumênica” de saber aceitar e lidar com os métodos e conteúdo das outras ciências humanas e sociais. Assim a história poderá realizar o sonho de Fernand de Braudel, que idealizava a disciplina historiográfica como ponto nodal, o lugar de cruzamento, onde se poderá realizar melhor a síntese interdisciplinar no quadro alargado das ciências do homem (TAVARES, 2004, p. 300).

É preciso, como percebemos a partir das palavras da autora, evitar os dogmatismos, que mais funcionam como armadilhas para que o historiador creia que suas proposições sejam irretocáveis, irrefutáveis; “a história que ele constrói deve estar sempre aberta às novas abordagens

que fazem da historiografia uma realidade dinâmica e aberta” (TAVARES, 2004).

2.3 As engrenagens da Inquisição: Portugal e Brasil

Novinsky (2007) lamenta que devido a fatores que podem estender-se desde ‘queima de arquivos’, por parte das instituições religiosas, a desinteresse da população em envolver-se com o tema *Inquisição*, o material necessário a pesquisas dessa natureza é quase inexistente; de modo que as proposições a que se chega são frutos do pouco material recolhido a partir de processos inquisitoriais e de documentos pessoais como cartas e testamentos.

No caso de Portugal, a autora argumenta que a Inquisição foi uma das causas para a sua derrocada financeira e cultural. Infelizmente, quanto aos estudos na área das ciências humanas e sociais ficaram comprometidas por séculos, pois, segundo a concepção do Santo Ofício, a heresia é aliada da ciência. Portugal tem uma história que só pode ser compreendida a fundo desde que se consiga relacionar a interferência da Inquisição nos mais variados setores da

sociedade, o que teve como consequência um atrofamento da educação, da política e da cultura do país.

A relação de portugueses com os judeus era delicada, pois o país precisava do dinheiro dos judeus para manter firme o seu intento de colonizar outras terras. Em razão disso, o rei de Portugal, Dom Manuel, propôs aos judeus que ficassem em território português, desde que se convertessem à fé católica.

Muitos abraçavam a fé cristã e eram batizados, mas continuavam com a sua devoção religiosa em oculto. Se descobertos, eram mortos, tinham os seus bens confiscados pela coroa e, constrangidos nos autos de fé, cerimônias públicas onde os culpados eram queimados à vista do povo. Passaram a ser denominados pejorativamente de cristãos-novos (NOVINSKY, 2007, p. 4).

Ao passo que Portugal se enchia de dívidas, os judeus mantinham o monopólio do comércio. Bons negociantes, eles emprestavam quantias em dinheiro às pessoas, e recebiam essa quantia corrigida por meio de juros.

Em represália, a comunidade judaica era desrespeitada pelas autoridades portuguesas. Os judeus poderiam, inclusive, ser denunciados pelos próprios criados. Segundo Eymerich (1993), o processo de acusação deveria ter o mínimo de testemunhas a fim de que as etapas para o julgamento fossem rapidamente concluídas. A intenção era que não houvesse possibilidade de defesa por parte dos judeus. Essa determinação aos olhos de Charles Boxer (1978) é a parte mais cruel de todo o processo.

Como meio de pressioná-los a ceder à proposta do rei, a Igreja utilizava de mecanismos ‘bastante convincentes’ para condenar o povo judeu por suas negociações, que eram consideradas como usura.

Segundo as considerações de Bethencourt (2000), a Igreja classificava as heresias e os crimes, a saber: quem fosse acusado de práticas judaizantes (testemunhada ou por suposição) era classificado como apóstata. A sua situação, nesse caso, era grave, pois ele tinha renunciado à fé cristã. Esses indivíduos recebiam as penas mais atrozes. Aqueles que fossem flagrados professando a religião protestante, por outro lado, estavam cometendo apenas uma

heresia, já que, ainda assim, estavam professando uma religião cristã.

Percebe-se claramente que não havia, por parte das autoridades, tanto do Estado, quanto da Igreja, de tratar o povo judeu de maneira semelhante ao modo como os outros eram tratados.

Não apenas os judeus foram perseguidos pela Igreja nessa época, mas os poetas e escritores também, pois, segundo as ideias do Santo Ofício, eles promoviam a disseminação de outras culturas, consequentemente, de outras manifestações religiosas.

Sobre o período mencionado acima, bem como sobre os procedimentos da Igreja, argumenta Bethencourt (2000) que:

Utilizada como arma de controle e dominação e característica de regimes fundamentalistas, a censura foi largamente utilizada. Muitos livros foram destruídos e alguns circulavam com conteúdos reduzidos e, os inquisidores visitavam as livrarias metodicamente para inspeção. Exponentes da literatura Portuguesa como Gil Vicente e Camões, foram perseguidos e tiveram obras censuradas. Era proibida, inclusive,

a leitura da Bíblia em linguagem corrente (BETHENCOURT, 2000, p. 45).

Quanto ao Brasil, ainda que não tenha sido instituído um Tribunal do Santo Ofício, como ocorreu em Portugal e nos países da América Espanhola, houve uma repercussão acerca da atuação dos tribunais no mundo. Com isso, considerando a pouca referência local, é possível que a nossa história não tenha contemplado o assunto com a profundidade necessária (NOVINSKY, 2007).

A mesma autora menciona que somente a partir do recolhimento de vários documentos encontrados no extinto Tribunal de Portugal é que foi possível tomar conhecimento acerca de como funcionavam os julgamentos da Santa Inquisição, bem como foi possível ter acesso a várias manifestações sociais ligadas à atuação do Santo Ofício em terreno português, bem como nos revela muito sobre os efeitos que esses eventos causavam no Brasil Colônia.

Não faltava, portanto, quem enviasse notícias à corte acerca de tudo que ocorria na colônia, sobretudo, no que diz respeito às questões de cunho religioso:

Os inquisidores eram informados sobre tudo o que se passava na colônia brasileira, em termos de comportamento e de crença religiosa, pois seus agentes fiscalizavam minuciosamente atitudes, linguagens, presenças, obras, ideias, pertences, tudo que dizia respeito à vida e à morte dos indivíduos do Brasil. Sobre os Comissários, podemos dizer que, segundo o Manual dos Inquisidores, de Nicolau Eymerich, deviam receber informações, delações, e acusações sobre tudo que se relacionava com a fé católica e os costumes. Ouviram as confissões, examinavam-nas e convocavam testemunhas, conforme o caso pedisse. Tinham o direito de prender os suspeitos e encaminhá-los ao Tribunal da Inquisição, onde seriam julgados (NOVINSKY, 2007, p.18).

Há que ser destacado nesse processo a figura do *Comissário*, residente no Brasil, que era um dos informantes a serviço da corte. Ele, assim como o Bispo, dispunha de autoridade para interrogar os suspeitos, com permissão para torturá-los caso fosse necessário. Isso seria feito até que

o réu confessasse. Infelizmente, muitas vezes não havia o que confessar.

Embora discordem em muitos aspectos, estudiosos chegam a um consenso quanto à inexistência de casos de tortura, relacionados a acusações dessa natureza no Brasil. É possível que tenha havido, sim, muitos conflitos, mas nada que passasse de ameaças e extorsões.

Por ter livres poderes para acusar as pessoas, havia muita bajulação em torno do Comissário. Ele “podia fazer tudo o que o inquisidor fazia, quando este não se encontrasse fisicamente no lugar. Mas a sentença definitiva pertencia sempre ao inquisidor” (NOVINSKY, 2007, p.18).

Conforme o *Manual dos Inquisidores*, o Comissário podia substituir o inquisidor quando este estivesse ausente; mas quando os casos eram mais sérios, ou seja, quando havia possibilidade de o réu ser condenado à morte, o inquisidor não abria mão de presidir o julgamento.

A autoridade do Comissário não parava por aí, já que ele:

(...) tinha também autoridade para examinar os pertences mais íntimos dos indivíduos suspeitos, como contas, diários, Livros de Razão etc. Caso o suspeito mor-

resse durante a investigação, tudo o que ele tinha ficava sob a supervisão do Comissário, não tendo os herdeiros nenhum acesso aos objetos e documentos da família. Após ter feito um completo rol dos bens, o Comissário enviava as notícias para os inquisidores, que decidiam sobre a continuidade do trabalho. Desse modo, arruinavam-se as famílias de um momento para o outro (NOVINSKY, 2007, p.18).

Era função também dos Comissários fiscalizar os passos daqueles que estavam, ‘na mira’ da Inquisição ou aqueles que já estavam sendo penitenciados pela mesma. Eles observavam o que havia de errado com relação aos acusados, e informavam tudo à corte.

Há indícios de alguns jesuítas, principalmente os reitores dos colégios da Companhia de Jesus, tivessem exercido o papel de Comissários em lugares que não houvesse um representante para desempenhar tal função. Aqui, as proposições de Novinsky (2007) vão de encontro às proposições de Tavares (2004), quando a primeira afirma que os Jesuítas foram os “grandes aliados dos inquisidores”. A segunda, por sua vez, atribui esse ideário à propaganda anti-jesuítica promovida pelo Marquês de Pombal. Esse conflito de opiniões em nada interfere nos objetivos aqui propostos.

Outro participante que merece destaque nas investidas do Santo Ofício é a figura do Bispo. Segundo Novinsky (2007), ainda que não fizesse parte, diretamente, do grupo que montava os tribunais, ele também dispunha de autoridade para realizar prisões e interrogatórios, desde que não houvesse Comissários e Inquisidores na cidade ou vilarejo.

Cabe aqui especificar como funcionava a hierarquia do Santo Ofício:

Os Comissários e Familiares não estavam submetidos ao Bispo e respondiam diretamente a Portugal. Possuindo tantos poderes, o Bispo, o Comissário, o Familiar se digladiavam muitas vezes por ambição, confrontando-se em posições rivais, cada qual querendo tirar vantagens de sua autoridade. Os Comissários eram sempre membros do clero, enquanto os Familiares eram leigos. As funções dos Familiares do Santo Ofício eram semelhantes à do Comissário: colher informações, investigar, confiscar, prender. Os Familiares constituíam uma rede semelhante à da Gestapo durante a Alemanha Nazista (NOVINSKY, 2007, p.19).

Tão importantes alguns desses homens se sentiam que, em alguns países, como Espanha, os Familiares for-

maram inclusive uma instituição, que recebeu o nome de Congregação de São Pedro Mártir, que a exemplo de outras entidades criadas com esse intuito após o assassinato de um membro do Santo Ofício, São Pedro Mártir, em 1252, na Itália.

Especialmente na Espanha e em Portugal, o cargo de Familiar era tão cobiçado que, para obtê-lo, o pretendente tinha de atender a várias exigências. Devido a tantas recomendações – uma delas exigia que o candidato teria de ter o sangue limpo, ou seja, não ter em sua descendência sangue judeu –, era comum que os candidatos apresentassem informações inverídicas; sendo assim, não preenchendo todas as determinações do Santo Ofício, o cargo muitas vezes era negociado (NOVINSKY, 2007, p.21). Todo grande centro urbano daquela época deveria ter Familiares e Comissários.

As recomendações do Santo Ofício em território português, de acordo com o regimento de 1640, exigiam que Comissários e Familiares não fossem homens jovens. Segundo Novinsky (2007), eles deveriam possuir sangue limpo; não poderiam ter incorrido em escândalos públicos; nem

ter pendências com a Inquisição, tampouco possuir como parente alguém que tivesse experimentado algo dessa natureza.

Sua descendência era muito importante: deveriam vir de boas famílias; pessoas idôneas, sem máculas sociais.

Para fazer parte do quadro do Santo Ofício, os pretendentes aos cargos de Familiar e Comissário precisavam contar toda sua vida para os Inquisidores, que, por sua vez, enviava todas as informações colhidas para Roma, as quais seriam verificadas a fundo pelo Conselho Geral; era comum os candidatos serem reprovados na investigação.

Geralmente esses homens causavam constrangimento à população quando andavam nas ruas, uma vez que as acusações poderiam ocorrer desde que eles considerassem algo inapropriado segundo sua visão. Não era bom negócio, de acordo com Novinsky (2007), resistir à sua autoridade; qualquer deslize do indivíduo poderia ocasionar sua prisão e um futuro julgamento, quiçá uma condenação à morte. Ninguém queria passar por isso.

Para entender a significação histórica dos Comissários e Familiares do Santo Ofício

e o que representaram no Brasil, é preciso conhecermos qual foi a medida de sua penetração prática na colônia, a que camada da população pertenciam e, principalmente, como eles próprios se viam e como eram vistos pelo povo. Sabemos que portugueses e brasileiros colaboraram com a Inquisição e muitos que quiseram ajudar na “caça às bruxas”, ostentando o prestigioso título, não puderam fazê-lo, por isso o regimento exigia uma seleção rigorosa (NOVINSKY, 2007, p. 22).

2.3.1 Cristãos-novos no Brasil

Infelizmente não dispomos de um material que possa nos ajudar a montar as engrenagens daquela época no tocante à mulher e à família cristã-nova em território brasileiro. O que se pode fazer é levantar algumas possibilidades a partir de alguns processos já analisados. Ainda assim, é possível propor algumas reflexões teóricas a respeito do assunto. Primeiramente, é preciso compreender que o contingente judeu habita o solo brasileiro desde o período colo-

nial, espalhando-se pelo país do Rio Grande Norte até a Colônia de Sacramento.

De acordo com Novinsky (1992), o papel da mulher no que diz respeito à continuidade dos costumes judeus foi de extrema importância. Havia entre eles, os que frequentavam a religião católica contra sua vontade. Outras comunidades, no entanto, o faziam por plena convicção.

Tudo que se afirma sobre os cristãos-novos no Brasil é, no mínimo, inexpressivo cientificamente. Acerca das mulheres, por exemplo, sabe-se que os costumes e comportamentos variavam muito de uma localidade para outra. Outro fator que interferia consideravelmente nessas diferenciações era a camada social à qual pertencia a cristã-nova.

Um bom material para esse tipo de pesquisa são os processos inquisitoriais. Eles guardam informações valiosas a respeito das engrenagens sociais do Brasil Colônia. Dentre algumas informações podemos aqui elencar: a condição financeira das famílias dos réus, o grau de cultura, a quantidade de dependentes. Dados importantes são as referências às tradições e as crenças dos acusados, que podem

ajudar a montar um panorama próximo de como viviam esses cristãos-novos (NOVINSKY, 1992).

Dentre algumas proposições que podem ser levantadas a partir dos dados pesquisados em processos inquisitoriais, vale mencionar esta:

À medida que a Inquisição reforçava sua fiscalização sobre a colônia, os cristãos-novos mais se fechavam entre si. A maioria dos cristãos-novos que viveram no Brasil na época colonial não eram cripto-judeus. A perseguição inquisitorial teve um cunho racista apoiando-se em informações obtidas sobre a origem étnica dos portugueses. Isso obrigava os cristãos-novos a jogar com a sorte, e construir “um mundo dentro do mundo”, onde se resguardavam, se apoiavam e se ajudavam mutuamente (NOVINSKY, 1992, p. 3).

Com tanta perseguição, restava aos cristãos-novos evitar exposição em lugares públicos, a fim de não sofrerem maus tratos. Quanto aos cristãos-novos, quando aqui chegaram, no início da nossa colonização, tiveram de mesclar-se com índias e negras, uma vez que o contingente de mulheres brancas à época era muito resumido. Segundo No-

vinsky (1992), as cristãs-novas eram consideradas pelos membros do Santo Ofício como as hereges de maior periculosidade. Eles sabiam que elas eram responsáveis por manter viva a antiga fé junto aos seus semelhantes.

Nisso Dias Gomes acertou. Se ele desejava retratar a repressão em sua mais alta expressividade teria que demonstrá-la a partir do sofrimento de uma mulher, cristã-nova, vivendo sob o regime autoritário de uma religião. Um cristão-novo já sofreria, como ocorreu a seu noivo, mas ele logo morreu. Não é com a morte que se escrevem as tragédias, mas com um sofrimento demorado, com diálogos que não levam a lugar nenhum, porque não há reconciliação na tragédia; não há conforto, apenas o desespero no mais alto grau.

Constatamos, a partir da contribuição valiosa dos teóricos, que não há evento social que não esteja permeado pelas relações de poder. Do mesmo modo há o discurso, impondo confrontos, reforçando as diferenças, redesenhando as formas de dominação, repetindo e cristalizando o velho. O discurso atravessa paredes, vence o tempo, reaparece em vários lugares.

CAPÍTULO 3 - DA NARRAÇÃO: SUA ESTRUTURA, SEUS DIZERES

A história de Branca Dias não é obra de Dias Gomes. Aliás, podemos dizer que a narrativa não se resume à história da referida heroína. *O Santo Inquérito* é uma história sobre a humanidade. As relações humanas são as construtoras desse tipo de narrativa; elas estão na base de tudo, impulsionando o surgimento de novas histórias, de novas odisséias.

Ainda que Branca tenha existido um dia, o que se observa a partir da repetição do seu martírio, seja em livros ou mesmo oralmente, extrapola os limites de sua constituição humana, e adentra o terreno do mito. Consequentemente sua história se eterniza.

No que diz respeito ao surgimento dos mitos nas sociedades, Chauí (2000) extrapola a concepção das mitologias vinculadas às narrativas lendárias. Ela trabalha, sobretudo, com a perspectiva antropológica desse processo. Propõe a autora que a mitologia se configura como “(...) a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUÍ, 2000, p.9).

Nesse sentido, a propagação dessa narrativa atende às necessidades de uma coletividade, não se resumindo, pois, ao acontecimento em si – julgamento e condenação de uma cristã-nova na Idade Média. Falar de Branca Dias é falar sobre as relações humanas; é contar a história de todo lugar.

São propícias ao argumento as considerações de Moreira (2005):

A narrativa é um formato caro à comunicação humana. Afinal, a trajetória da humanidade é uma narrativa. Esta trajetória (narrativa cotidiana) encontra-se em estado bruto, como um diamante na natureza. A comparação aponta para o valor incontestável, a ser lapidado, do percurso da humanidade – tanto na história conjunta quanto nas histórias individuais (MOREIRA, 2005, p.19).

Assim sendo, os construtores das narrativas, em geral, tomam como referência o mundo ‘real’ – a realidade que se lhes apresenta cotidianamente. É possível que identifiquemos aí contextos e/ou personagens que se assemelham à realidade vivida pelos produtores dos textos. Há sempre

uma retomada de elementos já ‘vividos’ ou observados necessários à produção dos enunciados e das narrativas.

Charaudeau (2004, p.326) propõe que “qualquer gênero de discurso mantém uma relação com a memória: certos enunciados são conservados, outros não, e as modalidades de sua conservação são inseparáveis de sua identidade”. Dessa forma, não há como conceber o processo narrativo sem o auxílio de um fato acontecido, da memória. Não apenas da memória do autor do enunciado, mas de uma memória coletiva. Para tanto, o enunciador precisa estabelecer incontáveis correspondências entre o passado e o presente.

As histórias construídas e transmitidas oralmente são bons exemplos disso: a memória ‘que se conta’ não é a do narrador, do enunciador; trata-se de uma memória distante, sem dono, que segue tempo afora na voz de futuros contadores. Ainda que essa prática não tenha mais a força que tinha há décadas, é possível identificá-la ainda na atualidade.

Segundo Costa (2001), as narrativas constituem um dos meios de repasse de valores e ideologias mais eficazes

da humanidade, ao passo que ensina sem mencionar que está ensinando, que aconselha sem que se perceba. “Nesse sentido, as narrativas, a despeito de serem fragmentadas, continuam existindo como reinterpretação dos fatos do presente ou do passado, com o simples propósito de entretenimento e de tornar viva a memória do passado” (COSTA, 2001, p.76).

Essa capacidade de reacender os fatos passados, revelando as engrenagens sociais de contextos esquecidos, transformam as narrativas em excelente material de pesquisa; são registros que validam os modos de existir de sociedades e períodos passados. Nesse sentido, até mesmo as histórias orais, que não possuem registro escrito, podem funcionar como valioso inventário de uma época.

Um aspecto muito importante relacionado às narrativas orais é a questão da afetividade. Segundo as considerações da referida autora, aquele que conta seleciona os dados a serem contados de acordo com suas emoções. Isso pode causar uma mudança nos rumos da história contada, consequentemente, na compreensão da mesma: “em cada gesto, o narrador vai externando suas emoções. Por

isso, contadores de histórias, muitas vezes, choram, riem, dançam, gesticulam durante a narrativa; emoções compartilhadas por todos aqueles que os ouvem” (COSTA, 2001, p.78).

O texto é um lugar de manipulação consciente no qual o homem organiza os elementos de expressão para veicular o seu discurso. O texto é, portanto, individual, e o discurso, social. No âmbito da textualização há liberdade, no discurso, o ser humano está preso aos temas e às figuras das formações discursivas que existem na formação social em que está inserido (CUNHA, 2004, p.103).

Como o falante é o organizador dos seus dizeres, tem-se a falsa impressão de que o mesmo usufrui uma liberdade discursiva, e não é verdade: embora haja várias maneiras de reproduzir um discurso, elas estarão sempre presas às marcas do tempo e do espaço nos quais estão inseridas. “A língua se inscreve na história através da discursividade; desta maneira, o sentido é uma relação determinada do sujeito, afetado pela língua com a história” (CUNHA, 2004, p.103).

Sendo assim, discutir à mesa, escrever cartas, criar histórias, compor canções, tudo se resume em revelar, materialmente, os discursos que formam a teia ideológica que nos cercam. Consequentemente há sempre intenções no enunciado, e aquele que o produz não o faz senão por reproduzir inconscientemente (ou não) o discurso do seu grupo.

Não cabe, portanto, conceber a linguagem como algo que se resume a processos meramente estruturais. Sobre tudo nesses tempos de pós-estruturalismo, é imprescindível que compreendamos o caráter diverso da nossa linguagem, uma vez que somos sujeitos de natureza multifacetada. Dizemos e redizemos várias falas no nosso dia a dia, e nesse exercício ininterrupto revelamo-nos socialmente – reproduzimos discursos.

O falante, segundo Cunha (2004, p.103), “não pode ser considerado agente do discurso, uma vez que não está livre de coerções sociais; no entanto é suporte de discursos por ser produto de relações sociais, assimilando uma ou várias formações discursivas”. No entanto, elaborar meios para possibilitar a veiculação desses discursos é tarefa do

enunciador, que deve conceber seus enunciados como estratégias discursivas.

Segundo Bakhtin (2003), enquanto não incorporam discursos, as palavras mantêm-se em profunda neutralidade. Outrossim, a sua expressividade não decorre de sua estrutura em si; ela ganha forma dentro do enunciado, a partir do momento em que se une ao acontecimento; em outras palavras, ao instante do discurso.

(...) pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra alheia dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a minha palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada em minha expressão (BAKHTIN, 2003, p. 294).

Os enunciadores, os poetas, os escritores ‘recolhem’ os acontecimentos do mundo que lhes cerca, e constroem suas falas, seus textos. E internamente, nas entrelinhas dessas narrativas, estão os discursos. São esses registros

ideológicos, essas identidades multifacetadas, representadas pelos lugares sociais, que impulsionam a razão de ser do enunciado e da enunciação.

Ricoeur (1994), ao estudar o binômio enunciado/enunciação, sobretudo, os efeitos que essas estruturas causam na comunicação humana, privilegia o segundo em detrimento do primeiro.

Em linhas gerais, na concepção do pesquisador, a enunciação equivale à temporalidade do *narrar*, e o enunciado, à temporalidade do *objeto narrado*. Por conseguinte, a enunciação corresponde ao discurso de quem narra, enquanto o enunciado corresponde ao discurso da personagem.

O referido autor (1994) assim propõe:

Ressaltamos que não são os enunciados (proferimentos) que referem, mas os locutores (falantes) que fazem referência: não são também os enunciados que têm um sentido ou significam, mas são os locutores que querem dizer isto ou aquilo, que entendem uma expressão neste ou naquele sentido (RICOEUR, 1994, p. 58).

Constata-se, a partir da concepção do autor, que o instante desse *narrar* é mais propício às intenções da comunicação que o próprio enunciado. Sobretudo, em *O Santo Inquérito*, essa proposição é sentida na prática, uma vez que sendo uma peça teatral, a sua comunicabilidade é pautada na enunciação; ou seja, no instante desse *narrar*. A história acontece diante dos olhos do leitor (receptor), no momento em que está sendo contada. Embora o tempo dentro da narrativa não corresponda ao tempo da enunciação, os efeitos da temporalidade da enunciação, por meio do texto encenado, amplifica-se.

Ainda que estejam, espacialmente, em planos distintos, plateia e ator experimentam um diálogo que possibilita às duas partes criar e refletir identidades e consciência (MORAIS; FLORY, 2005). Em geral, nos espetáculos teatrais, a plateia não fala, no entanto, a partir dos seus movimentos, das expressões, dos silêncios, consuma-se a comunicação entre os planos.

O teatro pode ser visto como um fenômeno de comunicação, uma vez que assume as características de um espelho, refletin-

do o contexto do coletivo e levando o receptor, individualmente, a ver sua imagem refletida e representada no palco. Este espelho encerra, dentro de sua moldura, um recorte do contexto e dos conflitos do cotidiano, cuja intenção está justamente em provocar reações de captação (MORAIS; FLORY, 2005, p. 53).

Não seria essa intenção de Dias Gomes, ao escrever *O Santo Inquérito*? Levar a plateia a ver sua imagem refletida nas cenas? No palco, ao ouvir o brado de Branca Dias ante as acusações do Tribunal do Santo Ofício, o expectador se sente impelido a acudi-la, socorrê-la; em outras palavras, o autor quer levá-lo a refletir sobre a realidade na qual está inserido – a ditadura militar.

Os efeitos dessa comunicação, segundo Moraes e Flory (2005), são imediatos. E, ainda que a atuação esteja, fundamentalmente, ‘nas mãos’ do ator, é para a audiência, para o plano da recepção, que se volta toda a intenção do texto.

Sendo assim, algumas indagações são pertinentes nesse processo comunicativo: Que posicionamento tomará

a plateia ante o tema abordado? Que efeitos provocará o discurso das personagens nos expectadores?

Bulik (2001) reforça as considerações das autoras:

No teatro, a comunicação é a ação de fazer participar um indivíduo ou um grupo de indivíduos (os espectadores) situado(s) em uma época em um dado ponto (agora na sala de espetáculo) das experiências *stimuli* do meio ambiente de um outro indivíduo ou grupo de indivíduos (os atores) situado(s) em uma outra época em um outro lugar (aqui no mesmo momento e praticamente no mesmo espaço, mas simulando um outro) (BULIK, 2001, p. 50).

Cabe refletir ainda sobre como esse movimento circular possibilitará aos expectadores incorporar a temporalidade da encenação (no palco) à sua temporalidade. Na mesma medida em que se dá a incorporação desse tempo, terá se consumado o diálogo entre as partes.

Desse modo, a informação:

Será processada, segundo a gama de possibilidades que forem apresentadas no quadro, indo de encontro ou não ao horizonte de expectativas do receptor. Assim, este é levado, inconscientemente, a notar

que existe algo a ser identificado na mensagem (o código) para que esta seja completa (representada). Esses espaços e lacunas do texto constituem-se em vazios do discurso a serem preenchidos para que possam viabilizar a plena leitura da mensagem (MORAIS; FLORY, 2005, p. 54).

3.1 Bernardos, Brancas e Augustos: símbolos maniqueístas

Propositalmente ou não, Dias Gomes escreve para que todo o público entenda. É como ele se apresenta em toda sua literatura, desde a primeira à última obra. Dessa forma, não se percebem grandes mudanças ao longo de sua produção. É possível que se fale em temas recorrentes e lugares comuns no que diz respeito aos seus argumentos. Não obstante, não há que o considerarmos maior ou menor que outros escritores em face dessa peculiaridade.

Estamos falando, então, de um enunciador acessível; alguém que recorre a palavras simples, personagens compreensíveis, enredos palpáveis, para o repasse de suas ideias. Possivelmente, por querer dizer muito a muitas pes-

soas é que tenhamos em sua literatura obras que caíram no gosto popular, a exemplo de *O Pagador de Promessas* e *O Bem Amado*.

Não seria diferente sua postura em relação à elaboração de suas personagens. Dias Gomes tem nítida predileção pelos tipos populares; gente que fala a língua que todo brasileiro entende. São personalidades que protagonizam, cada qual singularmente, uma identidade distinta dentro da sociedade.

Em geral, essas personagens estão dispostas em duas realidades antagônicas: o lado do bem e o lado do mal. É possível encontrar, em seus textos, alguns tipos que trafegam nas duas situações citadas, mas não é característica de sua elaboração.

Não há grandes mudanças de planos narrativos em *O Santo Inquérito*. As personagens envolvidas na trama são lineares, descrevem trajetórias muito próximas daquilo que se espera delas. Uma moça acusada de heresia – ingênua, mas com um espírito aventureiro; um padre conservador – implacável, inflexível; uma instituição religiosa intolerante, detentora do discurso hegemônico da época; todos vivendo

em um período de medo, de superstições, de repressão, de misoginia.

O texto de *O Santo Inquérito* é breve, mas é intenso, impactante. Como foi escrito para ser encenado, constam em seu corpo, basicamente, diálogos, rubricas e narrações *in off*. A linguagem é direta, sem meias palavras. No palco, o cenário é composto de pouca luz. A ambientação é simples. Há poucos atores em cena.

3.2 O Santo Inquérito sob o efeito de muitas vozes

A partir deste ponto uma nova etapa do nosso trabalho se inicia. Trata-se da análise de alguns trechos de *O Santo Inquérito*. Essa interpretação será realizada à luz dos pressupostos da Análise do Discurso, que nos ajudarão a colher os nossos objetivos. Para tanto, utilizaremos dois planos para a construção do nosso texto. Em um dos planos, estaremos diante do espetáculo teatral; ou seja, nos colocaremos como expectadores da encenação, no momento em que ela ocorre no palco. No segundo plano, voltamos à nossa voz de pesquisadores, embasados nos teóricos, para analisar as falas das personagens.

Em linhas gerais, há duas linhas teóricas para a Análise do Discurso – a de tradição Inglesa, encabeçada por Norman Fairclough, e a Francesa, que tem Michel Pêcheux, como um dos seus expoentes. Para efeito de justificativa à nossa tarefa investigativa, esclarecemos que trabalharemos na perspectiva da linha francesa.

Um dos estudiosos da Análise do Discurso, Foucault (1998), defende que sujeito e discursos estão intimamente associados, pois é nos processos discursivos, determinados pelas relações sociais, que todo indivíduo passa a ser o *sujeito do discurso*. E, ao utilizar/reproduzir esse discurso, deixa a categoria de sujeito individual, passando então a atuar como sujeito discursivo, determinado por fatores históricos e sociais.

Ainda segundo o referido autor, todo indivíduo, enquanto sujeito discursivo, é sempre produto de uma construção; corresponde a uma identidade resultante, marcada pelas relações de poder. São esses processos de elaboração do *eu discursivizado* que denominamos *sujeito*. Sendo assim, socialmente, não se faz o que se deseja, mas o que

é possível à condição de cada sujeito em particular, relacionado ao lugar que ele ocupa, e orientado pela disciplina.

Não há como definir a Análise do Discurso como um campo de estudos autônomo, do mesmo modo, não devemos pensá-la como um método meramente auxiliar. O campo de atuação da AD é complexo, pois visa a compreender o processo discursivo como objeto que transita numa área de fronteira entre várias disciplinas. Para a AD esse objeto discursivo é formado a partir de razões linguísticas e históricas, mas não se atém à linguística em si, que privilegia a língua, tampouco, às ciências humanas, que veem a língua como ferramenta de averiguação dos textos.

Em nossa concepção, a construção do texto em dois planos aumenta consideravelmente a compreensão desta pesquisa, pois, ao serem transportados para o teatro, por meio dessa segunda voz, os leitores terão a chance de ‘participar’ do momento da encenação, vendo-se como aqueles que estavam recebendo a mensagem veiculada em *O Santo Inquérito*, à época em que foi escrita – década de 1960.

A luz do teatro diminui. O espetáculo se inicia.

*Diz a lenda que, em noites de plenilúnio,
quando o nordeste sopra na copa das ár-*

vores, Branca desliza pelas ruas silenciosas da capital paraibana e vai visitar o noivo prisioneiro e torturado nos subterrâneos do Convento de São Francisco (...) Parece fora de qualquer dúvida que Branca Dias, realmente, existiu e foi vítima da Inquisição.

Dias Gomes

Agora estamos sentados; as luzes do teatro estão apagadas. Sons de sirene irrompem a escuridão. Todos se assustam. Iniciam-se as vozes de comando. Muitos gritos. Soldados estão marchando. Muitos. As sirenes tornam-se insuportáveis aos nossos ouvidos. Não podemos mais aguentar o barulho. A plateia fica apreensiva. De repente os ruídos cessam. As luzes do palco nos fazem enxergar nove personagens em cena.

Nesse momento, uma personagem dirige-se a nós, o padre Bernardo:

Aqui estamos, senhores, para dar início ao processo. Os que invocam os direitos do homem acabam por negar os direitos da fé e os direitos de Deus, esquecendo-se de que aqueles que trazem em si a verdade têm o dever sagrado de estendê-la a todos, eliminando os que querem subvertê-la, pois quem tem o direito de mandar tem também o direito de punir. É muito fácil apresentar esta moça como um anjo de candura e a nós como bestas sanguinárias. Nós que tudo fizemos para salvá-la, para arrancar o Demônio de seu corpo. E se não conseguimos, se ela não quis separar-se dele, deixar que continue a propagar heresias, perturbando a ordem pública e semeando os germes da anarquia, minando os alicerces da civilização que construímos, a civilização cristã? Não vamos esquecer que, se as heresias triunfassem, seríamos todos varridos! Todos! Eles não teriam conosco a piedade que reclamam de nós! E é a piedade que nos move a abrir este inquérito contra ela e a indiciá-la. Apresentaremos inúmeras provas que temos contra a acusada. Mas uma é evidente, está à vista de todos: ela está nua! (DIAS, 2007, p. 29-30).

Estamos diante de um julgamento verdadeiro. É tão real que o padre Bernardo está se dirigindo a nós. Ele quer nos convencer de que Branca é realmente culpada das acu-

sações. As palavras usadas pela personagem parecem ter saído de um livro; elas têm didática. O padre utiliza termos como “demônio”, “ordem pública”, “germes da anarquia”; em seguida, inclui-nos em seus dizeres, como se suas palavras fossem também as nossas.

A utilização dos termos mencionados acima nos leva a vislumbrar a necessidade de um mundo ajustado, em que tudo funciona perfeitamente. De certo modo, é o que todas as sociedades desejam. Nesse caso, ou o padre está bem intencionado, ao defender a construção de um mundo melhor para todos, ou está, a partir dessa propaganda de *mundo melhor*, tentando conquistar a nossa simpatia.

A plateia permanece em silêncio, atenta à argumentação da personagem. A eloquência do padre nos impressiona. Ficamos confusos. Concordamos com ele ou não? Ele não parece mal intencionado. Estará utilizando uma lógica a que nos foge o entendimento. Talvez queira o bem da ré. Em sua fala, comparou Branca a um anjo de candura. Também disse que já tentaram ajudar a moça. Mas, de que ajuda ele está falando? Do julgamento ao qual a submeteram?

O Tribunal do Santo Ofício só ocorria devido à denúncia de que alguém estava incorrendo em grave pecado, como a heresia. Apesar de não haver na narrativa nenhuma menção ao denunciador, não há dúvidas de que tenha sido o próprio padre Bernardo quem delatou Branca, o pai dela e o noivo. E sabendo que o Visitador chegaria à Paraíba em breve, esforçou-se em levá-los a julgamento.

Segundo Niskier (2006),

As visitas no Brasil obedeciam às regras do Manual dos Inquisidores, do frade dominicano Nicolau Eymerich, escrito em 1376, revisto e ampliado por outro dominicano, Francisco de La Peña, em 1578 – 13 anos antes, portanto, da primeira visita, iniciada na Bahia. A confissão é a meta principal da atividade inquisitorial. Para obtê-la o inquisidor pode empregar todo tipo de estratagemas, fraudes, malícia e, em última instância, a tortura física e mental (NISKIER, 2006, p. 61).

As considerações de Novinsky (1990) parecem traçar perfeitamente a relação Inquisição e ditadura militar, pretendida por Dias Gomes, ao escrever *O Santo Inquérito*. Para a autora, os procedimentos de uma inquisição se assemelham

aos dos regimes ditatoriais, em que, fundamentalmente, desrespeita-se a liberdade dos indivíduos. Isso conseguem por meio de prisões, de torturas, de apreensão de bens dos acusados, confinando-os a condições sub-humanas.

Padre Bernardo acredita nesse tipo de procedimento. O discurso dele é o discurso da ordem, do Estado, da normatização. Deve, portanto, sobrepujar qualquer outro tipo de discurso veiculado na sociedade. Sabiamente, ele recorre à coletividade “não vamos esquecer que, se as heresias triunfassem, seríamos todos varridos”, para causar comoção e apoio.

Sobre a produção dos enunciados e as intenções dos seus produtores, Cunha (2004) propõe que:

O ser humano produz ideias pelas quais procura explicar e entender sua própria vida. Elas tendem a esconder a realidade da produção de sua relação social e a origem das formas sociais da exploração e dominação. Esse ocultamento da realidade social denomina-se ideologia e através dela os homens tornam legítimas as condições sociais de dominação e exploração, fazendo com que pareçam justas e verdadeiras (CUNHA, 2004, p. 98-99).

Ao terminar sua defesa, o padre nos deixa. Subitamente, a voz de Branca irrompe nos vãos do teatro. Há sofreguidão e desespero em sua argumentação. É perceptível o seu cansaço e sua perplexidade diante daquele tribunal. Ela não se dirige a uma pessoa ou lugar em especial; sua intenção é desabafar:

Meu Deus, que hei de fazer para que vejam que estou vestida? É verdade que uma vez – numa noite de muito calor – eu fui banhar-me no rio... e estava nua. Mas foi uma vez. Uma vez somente e ninguém viu., nem mesmo as gurinhatas que dormiam no alto dos jeribás! Será por isso que eles dizem que eu ofendi gravemente a Deus? Ora, o Senhor Deus e os senhores santos têm mais o que fazer que espiar moças tomando banho altas horas da noite. Não, não é por isso que eles me perseguem e me torturam. Eu não entendo... Eles não dizem... só acusam, acusam! E fazem perguntas, tantas perguntas! (DIAS, 2007, p.30-31).

Na concepção de Bernardo, Branca está sempre nua porque está impura. O discurso do padre retoma a ideia do pecado original, no momento em que Eva e Adão perce-

bem-se nus, por terem desobedecido às ordens de Deus. Eles haviam tomado ciência do mal, assim como a moça.

Para o padre, ela está sob a influência do demônio, pois conseguiu despertar nele desejos mundanos, portanto, abomináveis. Ela não se assemelha à figura de Maria, que é mulher digna de respeito e veneração. Pelo contrário, na situação em que encontra, reflete a imagem de Eva, por esse motivo deve arrepender-se de todos os pecados, ou pagará com a própria vida.

A moça se defende sem apresentar autoridade. Sua defesa não é justificada por leis ou instituições. Ela está nitidamente só. Suas frases não possuem embasamento ideológico. É como se tivesse perdido a fé na força das palavras. Só o cansaço é constante em sua fala. A plateia está tomada pela emoção. Há uma nítida correspondência entre Branca e os expectadores.

A partir da fala de ré demarcam-se os espaços antagônicos dentro da narrativa. Note-se que ainda é muito cedo para definir o lado do mal e o lado do bem de que falamos anteriormente. Outrossim, não há garantias de que o espectador saia do teatro com esses lados definidos em sua men-

te. Ainda assim, percebe-se que, em geral, há uma tendência da coletividade em se identificar com o lado daqueles que sofrem algum tipo de opressão.

Por outro lado, para que possamos compreender como se processa a veiculação das ideologias em sociedade, é cabível pensar que o incômodo que sentimos ante esse julgamento talvez não fosse sentido pelas pessoas no Brasil de 1750. Em muitas passagens da narrativa *O Santo Inquérito*, por exemplo, percebemos que as personagens consideram justos os procedimentos do Santo Ofício – a própria Branca assim pensava.

A intenção de Dias Gomes, de alertar a população para a realidade que os cerca começa a surtir efeito. As condições em que se encontra Branca, presa, cansada, sofrendo humilhações, deixa os expectadores incomodados. É possível ouvir o suspiro da plateia ante o sofrimento da moça.

À medida que fala ao público, Branca se torna mais aliada dele.

Eu sou uma boa moça, cristã, temente a Deus. Meu pai me ensinou a doutrina e eu procuro segui-la. Mas acho que isso não é o mais importante. O mais importante é que eu sinto a presença de Deus em todas as coisas que me dão prazer. No vento que me fustiga os cabelos, quando ando a cavalo. Na água do rio, que me acaricia o corpo, quando vou me banhar. No corpo de Augusto, quando roça no meu, como sem querer. Ou num bom prato de carne-seca, bem apimentada, com muita farofa, desses que fazem a gente chorar de gosto. Pois Deus está em tudo isso. E amar a Deus é amar as coisas que Ele fez para o nosso prazer. É verdade que Deus fez coisas para o nosso sofrimento. Mas foi para que também o temêssemos e aprendêssemos a dar valor às coisas boas. Deus deve passar muito mais tempo na minha roça, entre as minhas cabras e o

canavial batido pelo sol e pelo vento, do que nos corredores sombrios do Colégio dos Jesuítas. Deus deve estar onde há mais claridade, penso eu. E deve gostar de ver as criaturas livres como Ele as fez, usando e gozando essa liberdade, porque foi assim que nasceram, e assim devem viver. Tudo isso que estou lhes dizendo é na esperança que vocês entendam... Porque eles, eles não entendem... Vão dizer que sou uma herege e que estou possuída pelo Demônio. E isso não é verdade! Não acreditem! Se o Demônio estivesse em meu corpo, não teria deixado que eu me atirasse ao rio para salvar Padre Bernardo, quando a canoa virou com ele!... (DI-AS, 2007, p. 32-33).

Algo bastante intrigante ocorre no início da fala da jovem. Ao dizer: “Eu sou uma boa moça, cristã, temente a Deus. Meu pai me ensinou a doutrina e eu procuro segui-la”, Branca reforça o discurso da Igreja Católica. Segundo seu argumento, ser boa é crer no Deus cristão. É respeitar seus ensinamentos.

Todos os que vivem nessa época, ainda que estejam agindo de modo a contradizer os ditames dessa ideologia, pensam de maneira semelhante; ou seja, as pessoas só

podem ser consideradas boas e honradas se seguirem o modelo de fé cristã. Sem querer, a ré confirma a sua crença nesse discurso.

Sobre essas marcas discursivas, incorporadas pelos sujeitos e veiculadas em determinado tempo e espaço, Tavares (2004) nos diz que:

Assimila, o indivíduo, em seu discurso, formações discursivas existentes em sua formação social e produz uma identidade ideológica que se materializa na configuração dos seus discursos. É através dos componentes semânticos desse discurso que se pode perceber a visão que esse sujeito faz da realidade em sua volta. É pois, sua linguagem que “denuncia” suas práticas e que, por sua vez, também refletem as práticas do grupo a que pertence. (...) o discurso do sujeito, ideologicamente marcado e constituído, é o porta-voz de uma determinada cultura em um dado contexto histórico (TAVARES, 2004, p. 140).

Sendo assim, a fala de Branca não é apenas dela; essa fala representa, sobremaneira, a estrutura social na qual ela está inserida. Todo discurso sobre o Deus que vive na sua roça, diferentemente daquele que habita o Colégio dos Jesuítas, é ainda o discurso religioso – ter que crer num Deus.

Outrossim, a fala de Branca reitera o ideário de que se alguém está possuído pelo demônio deve sim ser castigado por isso; no caso da trama estudada, com a própria vida. A propósito, levantemos aqui uma questão: se Branca, Augusto ou o seu pai, vítimas da intolerância da Igreja, constatassem que alguém, de fato, estava tomado pelo demônio, acharia correto que fosse perseguido e morto pela Inquisição?

Parece cabível pensar dessa maneira quando observamos o modo como funcionam, bem como se legitimam os discursos em sociedade. Afinal, as práticas sociais se tornam aceitas e ‘oficializadas’ por meio dos discursos, e, ainda que o sujeito esteja sofrendo algum tipo de sanção das

entidades que o difundem, não significa dizer que não acredite nele.

Pêcheux (1995) defende que o indivíduo quando ‘diz’ está embasado em situações imaginárias ‘autorizadas’ pelas normas sociais vigentes. Desse modo, não pode Branca dizer, por exemplo, que detesta Deus, que duvida de sua existência; isso não ocorre porque ela precisa sair ilesa de seu martírio, mas porque não foi moldada discursivamente a pensar assim.

Contudo, não podemos pensar a teia dos discursos veiculados nas sociedades como algo homogêneo. Pelo contrário, os processos discursivos estão distribuídos a partir daquilo que Bakhtin chama de *Polifonia*¹⁷, que, grosso modo, corresponde às várias vozes que atuam em um determinado discurso.

As considerações de Soerensen (2009) são pertinentes ao argumento:

¹⁷ Não cabe em nossa pesquisa nos aprofundarmos acerca desse conceito. Para saber mais, consultar BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

O texto ou romance monofônico pode ser entendido como aqueles que possuem vários personagens, portadores de posições ideológicas independentes, mas que acabam expressando uma ideologia dominante. Dessa forma, embora nesses romances muitos personagens falem, todos eles exprimem uma cosmovisão unificada. Já no texto ou romance polifônico cada personagem tem autonomia, exprime a própria concepção, pouco importa se ela coincida ou não com a ideologia do autor da obra. A polifonia acontece quando cada personagem se manifesta com a própria voz, expressando o pensamento individual. Existindo determinado número de personagens, existirão diversas posturas ideológicas as quais repercutirão de maneira a serem ouvidas particularmente (SOERENSEN, 2009, p. 3).

Na narrativa *O Santo Inquérito* essa heterogeneidade discursiva pode ser observada na personagem Augusto. O noivo de Branca, em diversas passagens, 'desvia-se' discursivamente das demais personagens da obra. É cabível lembrar aqui que Dias Gomes o elabora a partir de um lugar diferente, de uma época demarcada por discursos diversos.

Possivelmente, Augusto tenha sido configurado dessa forma para que pudesse levar um pouco de esclarecimento ao conturbado período em que se dá a referida trama.

O fato de Augusto ter ensinado Branca a ler é, certamente, uma prova de que ele tem a função de 'iluminar' os passos da noiva rumo ao seu triste destino. Os posicionamentos dele são, na verdade, os ensinamentos de que necessita a jovem para consolidar a sua condição de heroína.

Um bom exemplo disso ocorre no momento em que, na peça, Branca e Augusto dialogam pela primeira vez. Ela, que tinha acabado de conhecer o padre Bernardo, considera-o bastante disciplinado. Com estas palavras, ela se refere ao clérigo: "Os jesuítas se submetem a uma disciplina muito rigorosa. Parecem militares" (DIAS GOMES, 2007, p. 40). A resposta de Augusto é a seguinte: "E ninguém menos militar do que Cristo. Se Ele voltasse à Terra, e entrasse para a Companhia de Jesus, ia estranhar muito" (DIAS GOMES, 2007, p. 41).

A fala de Augusto revela que ele é um homem à frente do seu tempo. Enquanto a sociedade está tomada pela ideia de um Deus austero, que pune aqueles que não se-

guem seus ensinamentos, ele toma para si a ideia de um Jesus Cristo diferenciado daquele instituído pela Igreja Católica. A existência de um Augusto no contexto da narrativa é possível? Sim, mas não é comum.

Em um outro momento essa postura é reforçada. Branca pergunta ao noivo se ele já ouvira falar no padre Bernardo. Augusto diz que o padre “era adjunto do visitador do Santo Ofício, em Pernambuco” (DIAS GOMES, 2007, p. 41). Nesse período, um homem chamado Pero da Rocha havia sido condenado por trabalhar aos domingos e por duvidar da virgindade de Maria, mãe de Jesus. Branca o considera um herege perigoso, mas Augusto, contradizendo a fala da jovem, argumenta:

Concordo com o degredo, não concordo com a humilhação. Pero da Rocha é um herege, mas é um homem. Merecia ser punido, morto, mas com respeito. Eu estava no Recife e o vi passar, com o baraço no pescoço, tangido como um cão, entre insultos e pedradas de uma multidão que ria e incentivava a violência. E nunca esquecerei o seu olhar. Parecia dizer: “Isto

que aqui vai, é um homem. Um ser feito à semelhança de Deus (DIAS GOMES, 2007, p. 42).

Nessa fala, constatamos que Augusto tem nítida consciência da ditadura religiosa em que vivem. Se ele diz que o Santo Ofício poderia até matar o homem, mas que o fizesse respeitosamente é porque sabe até onde chega a intolerância religiosa da Igreja Católica. A adversativa “mas com respeito” surge em sua argumentação como um contraponto ao discurso veiculado à época.

Respeitar alguém que não cumpre os ensinamentos cristãos? Esse não é o procedimento comum na época em que vive Augusto. Isso é tão provado que a própria Branca considera Pero da Rocha um herege perigoso. São palavras que saem de sua boca, mas o discurso, sabe-se, não é de sua autoria; foi formado socialmente. Sendo assim, nem mesmo ela tem noção de que está reproduzindo-o.

Branca insiste em culpar o homem, confirmando a ideologia da época: “Mas ele devia ter culpa. Muita culpa. Se Padre Bernardo o julgou. Se o Santo Ofício o condenou. Padre Bernardo tem o olhar transparente das pessoas de

alma limpa. E o Santo Ofício é misericordioso e justo” (DIAS GOMES, 2007, p. 42). A essas palavras, tomadas pelo discurso religioso, Augusto responde:

Não é o Santo Ofício. É que em nome dele, em nome da Igreja, do próprio Deus, às vezes cometem-se atos que Ele jamais aprovaria. Em nome de um Deus-misericórdia, praticam-se vinganças torpes, em nome de um Deus-amor, pregam-se o ódio e a violência. Os rosários são usados para encobrir toda sorte de interesses que não são os de Deus, nem da religião (DIAS GOMES, 2007, p. 42).

A partir da fala de Augusto, o texto alerta o expectador para o perigo dos discursos de dominação, que, em geral, vêm camuflados por palavras bonitas, por propagandas enganosas. Se o Deus pregado nos evangelhos é o “Deus-amor”, por que então tanta intolerância aos cristãos-novos? A necessidade de que todos professem a mesma fé tem outros interesses? As palavras de Augusto são questionadoras, e levam o expectador a ver-se refletido na cena, como se estivesse diante de um espelho.

As cenas sobre o Brasil de 1750 prosseguem no palco. Todavia, não são acontecimentos exclusivos da referida época. Não. Estamos diante de um modo de existir muito próximo daquilo que vivemos, ainda que separados por dois séculos. Reconhecemos o joguete por que passam as personagens envolvidas na trama.

A essa altura da encenação, constatamos que as falas contidas no texto são representativas de um contexto específico – o Brasil colonial. Mesmo a fala de Augusto, que às vezes foge ao que se espera, pode ser identificada como pertencente a esse período. Mas são falas que reconhecemos, porque são movidas por um contexto semelhante ao que vivenciamos hoje, onde há repressão por todos os lados.

Sobre a situação dos cristãos-novos no século XVIII, escreveu Niskier (2006):

Para sobreviver numa sociedade hostil, os judeus (cristãos-novos) se viram obrigados a recorrer a uma série de dissimulações. Uma das principais foi abolir a circuncisão, pois o circuncidado oferecia uma marca física muito visível a identificá-lo perante a Inquisição. Desapareceram os objetos relacionados ao culto mosaico – candelabros, menorás, mezuzás, shofars, quipás, adagas rituais usadas na circuncisão, os talits (mantos de orações) e mantos de cobertura da Torá (NISKIER, 2006, p. 30).

A recorrência dos encontros da protagonista com o padre termina por deixá-la confusa. Branca começa a perder a ingenuidade. Agora, calcula que o padre tenha interpretado mal a respiração boca a boca que ela realizou no momento em que o salvou do afogamento.

Em silêncio, Bernardo sofre a latência do seu desejo:

Senhor, ajudai-me. Ela precisa de mim e eu devo protegê-la. Ela tem tão pouca noção das tentações que a cercam, que será uma presa fácil para o Demônio, se não a guiarmos pelo caminho que a levará até Vós. Dai-me forças, Senhor, para cumprir essa tarefa. Dai-me forças e defendei-me também de toda e qualquer tentação. Amém (DIAS GOMES, 2007, p. 51).

Embora tente esconder esse sentimento, isso lhe salta às palavras. Ele passa a procurá-la; insiste em afirmar que ela precisa de ajuda, e segundo seu argumento, só ele pode fazer isso. Essa preocupação para com ela é apenas zelo de um padre por uma paroquiana? E a força de suas palavras? Tomemos como exemplo essa passagem “Abandone-se, Branca, abandone-se em mim e eu dissiparei todas as dúvidas que a atormentam” (DIAS GOMES, 2007, p. 69).

Em seus cálculos, oferecer ajuda seria a única maneira de se aproximar dela. Contudo, Branca não vê necessidade de ser ajudada por ele. Mais que isso: ela antecipa a data do seu casamento com Augusto. Bernardo recorre a Deus em oração, mas, sem chance de levar adiante o seu afeto, não vê outra alternativa senão culpar Branca por toda sua angústia, e entregá-la ao Santo Ofício.

Sendo padre, incapaz de prosseguir com seus sentimentos, resta a ele considerá-la pecadora, impura. Segundo a ideologia em que acredita, ela é mulher, e como tal, pos-

sui a marca das filhas de Eva, aquela que fez o homem se desviar do seu caminho.

Em *O Santo Inquérito* a misoginia está contida no discurso hegemônico, embora não haja demonstrações explícitas a respeito. Contudo, em determinados trechos podemos percebê-la. É o caso da passagem em que o Visitador vai até a casa de Branca, e encontra os seus livros: “Sabes ler?” Após a resposta afirmativa da moça, ele pergunta: “Por quê?”. E Branca: “Por que aprendi”. E ele: “Para quê?” E ela corajosamente: “Para poder ler”. Por fim, ele diz: “Mau”.

Não era dado à mulher o direito de estudar. Elas deveriam ficar em casa, cuidando da família. Como tentativa de se redimir da mancha que traziam desde o pecado original.

O historiador Ronaldo Vainfas (1989), em sua obra *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*, faz um levantamento sobre o comportamento de homens e mulheres que viveram entre os séculos XVI e XVIII, do qual fazem parte as seguintes considerações:

(...) levando-se em conta o caráter diabólico da mulher, muito cuidado, paciência e razão devia ter o marido no governo de sua esposa, sugeriam de várias maneiras os textos da época, ora em sermões pregados à missa, ora em livretes dirigidos às elites. Notável exemplo desses opúsculos em Língua Portuguesa foi, sem dúvida, a *Carta de guia dos casados*, inspirada, como quis autor, tanto na sabedoria dos antigos como nos conhecimentos modernos. (...) Com efeito, elaborou um roteiro completo de como o marido poderia suportar a carga que lhe representava a esposas, submetendo-a dentro da casa e resguardando-a, ao máximo, do mundo exterior (VAINFAS, 1989, p. 118).

Não é de se admirar, pois, que Branca causasse estranhamento aos homens de sua época, sobretudo, aos religiosos, que embora em seus pronunciamentos afirmassem que se preocupavam com 'a situação das mulheres', reforçavam o ideário de dominação masculina. Ao exigir das mulheres que se aproximassem da figura da Virgem Maria e se

afastassem de Eva, os clérigos, estavam, na verdade, re-grando-as, para que se tornassem 'perfeitas' para seus maridos.

Segundo Barros (2001):

Quando a Igreja atribui a Eva o mal e o impuro e faz de Maria o veículo do bem e do puro, ela desmembra os dois pólos do sagrado, secciona-o, descaracteriza-o e, de certa forma, ele deixa de ser sentido como tal. Eva passa a ser vítima da rejeição, do horror, do medo, do perigo; Maria encarna a nobreza, o amor, a esperança, o respeito. Esses tipos tão opostos, tão estáticos, petrificados, ambos excessivamente idealizados, estão para além do alcance humano e, com isso, perdem o sentido do sagrado, onde os pólos, se excluem, produzem a superprodução (BARROS, 2001, p. 164).

Na concepção deles, mulheres não poderiam ter a mesma liberdade que os homens, pois desde o princípio estava a sua função de *acompanhar* Adão; ela “tem no esposo sua origem e sua fim” (BEAUVOIR, 2009, p. 209). Por isso elas não tinham direito de ler, de estudar, de viver ple-

namente suas vidas; viviam sob o governo dos homens (VA-INFAS, 1989).

Em *O Santo Inquérito* são muitas as passagens nas quais constatamos a intenção dos religiosos em ajudar Branca. Há, nesse sentido, a importância de decifrarmos as verdadeiras razões para tamanha preocupação. Uma das falas do Visitador, durante o julgamento da ré, exemplifica perfeitamente o que acabamos de argumentar:

Não se justifica, Branca, sua prevenção contra este Tribunal. Nenhum de nós deseja a sua condenação, acredite. Ao contrário, o que queremos é tentar ainda salvá-la, recuperá-la para a Igreja. Tudo faremos para isso. E será sempre nesse sentido que orientaremos este inquérito, no sentido da misericórdia (DIAS GOMES, 2007, p. 97).

Diante dos procedimentos (do tribunal) que sucedem, na trama, a fala utilizada acima, torna-se quase impossível crer que a sua intenção era ajudar Branca. Se a intenção fosse, de fato, essa, seria preciso condená-la à fogueira? As palavras proferidas por eles – quase sempre – não corres-

pondem às suas atitudes. Parece-nos que a intenção era apenas uma: 'castigar' a ré e os seus.

Os discursos, os fios ideológicos nem sempre são percebidos pelos receptores dos enunciados. A própria Branca, mesmo estando presa, e passando por todas as sessões de interrogatórios, demora a conceber que os procedimentos não são tão justos quanto ela pensava.

De acordo com Pêcheux (1995), não há transparência nos enunciados, já que os mesmos não estão completamente concluídos a ponto de serem lidos; esses textos só podem ser compreendidos, o mais próximo de sua totalidade, se forem levados em consideração os processos discursivos contidos neles. É necessário, sobretudo, que as várias vozes presentes nos mesmos sejam percebidas, uma vez que elas remetem a outros discursos.

Sobre o assunto, Leite (2004) defende que:

Os processos de produção, circulação e interpretação dos sentidos não ocorrem de maneira linear e homogênea em nossa sociedade, uma vez que são históricos, portanto, não são apreendidos, em sua totalidade, em um único texto (...) mas na relação com quem o produz, com quem o lê,

com outros textos e com outros discursos. Na verdade, não há um único sentido, mas sentidos circulantes, fugidios, dispersos (LEITE, 2004, 119).

Branca não consegue ler a totalidade dos pronunciamentos do padre Bernardo, uma vez que o único sentido que consegue obter das palavras dele está sendo direcionado pelo discurso dominante da época. Para ela, por ser um clérigo, Bernardo jamais poderia ter para com ela intenções que não fossem as de ajudá-la, de cuidar de sua espiritualidade.

Os pronunciamentos do Visitador e do padre Bernardo são elaborados de modo a serem entendidos como a plena verdade. De maneira muito astuta, eles utilizam as palavras para confundir Branca. A certa altura da narrativa, constatamos a consumação desse intento.

Este trecho é um bom exemplo disso:

Agora já não sei de mais nada. Os senhores lançaram a dúvida e a confusão no meu espírito e eu já nem tenho coragem de pedir a Deus que me esclareça. Cada gesto meu, mesmo o mais ingênuo, pare-

ce carregado de maldade e destruição (DIAS GOMES, 2007, p. 127).

Aos poucos, ela perde a segurança em si mesma; começa a se achar impura, indigna. Eles levam-na a enxergar uma Branca que só existe na cabeça deles. Salvaguardados pelo discurso retórico da Igreja, eles representam ‘a verdade’ da época. Não demora até que ela se considere culpada de todas as acusações.

Segundo Torresan (2007), o processo dialógico dentro dos discursos hegemônicos, sobretudo, o religioso, é quase inexistente; de modo que o “tu” praticamente desaparece nessa relação, pois, por se tratar da “voz de Deus”, o outro não vê outra possibilidade senão acatar as proposições levantadas pelo discurso.

A finalidade da maioria dos discursos, principalmente daqueles com força persuasiva, é fazer com que os interlocutores creiam no que é veiculado e executem ações. No caso do discurso religioso, esses dois procedimentos são necessários, pois esse discurso é, ao mesmo tempo, de ordem cognitiva e prática, isto é, em primeiro lugar é preciso garantir que os fiéis acedi-

tem no que é dito. Para isso, o discurso tem de ser convincente para, em seguida, levar o fiel a seguir (TORRESAN, 2007, p. 100).

De certo modo, isso ocorre nos diálogos protagonizados pelo Visitador e por Bernardo. Essas personagens não falam por si mesmas; há sempre as ideias da Igreja servindo de base em suas falas. Eles esperam que seus interlocutores não apenas compreendam a ‘verdade’ que veicula em seus pronunciamentos, como esperam que o interlocutor, utilize-a como instrumento de mudança de comportamento. Não basta acreditar no Cristo; deve agir como cristão.

Para tanto, eles utilizam de muitos recursos retóricos; dentre eles, apelar para a comoção do interlocutor. Os fiéis devem enxergar-se como responsáveis pelo bom andamento da fé cristã. Os termos e frases são escolhidos criteriosamente, a fim de que surtam o efeito desejado. Alguns são muito comuns: “em nome da Santa Igreja”, “mantenedora da ordem”, “luta contra o demônio”, dentre outros.

O trecho abaixo é um bom exemplo disso.

A Igreja, Branca, a sua Igreja, está diante de um perigo crescente e ameaçador. To-

da a sociedade humana, a ordem civil e religiosa, construída com imensos esforços, toda a civilização e cultura do Ocidente, estão ameaçados de dissolução (DIAS GOMES, 2007, p. 101).

Branca quer cooperar para a manutenção da ordem. Não é sua intenção agir contra a Igreja. Contudo, ela não entende por que eles a prenderam, a interrogam, se ela nunca fez nada que pudesse ser considerado como heresia. A ingenuidade da jovem age contra a ‘negociação’ em que ela está inserida. Se houvesse um pouco de malícia em suas empreitadas ela teria percebido mais cedo as intenções de Bernardo e do Tribunal do Santo Ofício.

Não é você, isoladamente; são milhares que, como você, consciente ou inconscientemente, propagam doutrinas revolucionárias e práticas subversivas. Está aí o protestantismo, minando os alicerces da religião de Cristo. Estão aí os cristãos-novos, judeus falsamente convertidos, mas secretamente seguindo os cultos e a lei de Moisés (DIAS GOMES, 2007, p. 101).

Ao examinarmos discursivamente as palavras do Visitador, perceberemos aí a disseminação do discurso do poder. Para ele, as outras religiões representam uma ameaça à existência da Igreja Católica. Não é apenas o fato de alguém professar uma fé diferenciada, mas porque isso significa estar perdendo espaço para outras instituições religiosas.

Então, resta à Igreja, diante da iminência de crescimento de uma fé qualquer, tratar o seu rebanho com autoridade, com braço firme. São os propósitos da Contrarreforma. Sendo assim, o Santo Ofício funciona como órgão fiscalizador dos comportamentos dos indivíduos. Para isso, conta com o apoio do Estado. Se alguém se contrapõe aos dogmas do catolicismo, terá de 'acertar as contas' no tribunal.

É preciso, no entanto, fazer com que todos acreditem que tais investidas não agem contra a liberdade do indivíduo; pelo contrário, o Santo Ofício atua no sentido de preservar o único modo de vida que pode satisfazer a todos: viver segundo a vontade de Deus, e essa vontade só é conhecida através do discurso da Igreja Católica.

Branca é uma dessas pessoas que não duvidam da idoneidade e boa vontade da Igreja. Ela reproduz o discurso hegemônico que veicula na sociedade de sua época. Essa legitimação do discurso religioso é tão forte que mesmo depois de ser presa e interrogada ela acredita nas boas intenções do seu confessor.

Ela só consegue enxergar Bernardo de maneira diferente a partir de uma conversa que tem com seu noivo, quando este afirma que os fatos estão subordinados às interpretações que cada um faz deles. Branca, movida por uma epifania, modifica sua visão em relação ao padre, ao julgamento e a ela mesma. Em contrapartida, a partir dessa abertura, ela começa a duvidar de sua pureza.

A certa altura, Bernardo, tomado por vários sentimentos, ódio, paixão, ciúme, perde o controle, e finalmente desabafa, revelando o estado de desespero em que foi colocado após ter conhecido a jovem. Sendo assim, Branca passa a entender melhor o que está acontecendo com ele.

São estas suas palavras:

Você já contaminou outras pessoas. (...) E continuará contaminando muitas outras,

porque basta aproximar-se de você para cair em pecado. (...) Eu sei o quanto isso me custou! (DIAS GOMES, p.125).

A infelicidade de Bernardo vai buscar justificativa no ideário da época. A mulher tem íntima relação com o pecado. Ela é tentadora. Basta que alguém se aproxime dela para que se torne também impuro. A desilusão é sua, mas o discurso é próprio do tempo em que ele vive. E sendo alguém ligado ao clero essa ideologia ganha um sentido ainda mais acentuado.

Ainda que seu intento esteja se consumando, não se pode dizer de Bernardo que é um homem feliz, satisfeito em sua condição. Ocorre exatamente o oposto: ainda que a fonte de seu desespero esteja no fim, isso não faz dele um homem completo. Ele sofre em silêncio.

Uma de suas últimas falas demonstra a angústia em que está metido:

Se é uma provação, que seja bem rigorosa, para demonstrar a minha fidelidade e o meu amor ao Cristo. Que todos os suplícios me sejam impostos, à minha alma e à minha carne (DIAS GOMES, 2007, p.127).

Branca, ao saber que seu noivo está morto, decide não mais abjurar; isso ela só faria em troca da salvação dele. Dessa forma, não há mais por que lutar. A partir desse momento, ela está à mercê da vontade do Santo Ofício, e aguarda firmemente o final do seu julgamento. Antes disso, ela recebe a visita do seu pai.

Simão Dias não comunga do mesmo pensamento da filha. Para ele, mais vale permanecer vivo que lutar por seus direitos. A fala da personagem representa o silêncio dos acomodados, daqueles que deixam de crer em si mesmos, e passam a reproduzir o discurso dos poderosos. Branca está indignada com as proposições do pai. Não aceita o fato de ele ter presenciado a morte de Augusto sem nada fazer.

Como último argumento, ela utiliza uma das falas de Augusto: “Porque nem de tudo se pode abrir mão. Há um mínimo de dignidade que o homem não pode negociar, nem mesmo em troca da liberdade. Nem mesmo em troca do sol”.

Simão Dias responde à filha:

É uma loucura pensar que, num momento desses, se possa salvar alguma coisa a-

lém da vida. Desde o primeiro momento compreendi que devia aceitar tudo, confessar tudo, declarar-me arrependido de tudo. Vamos nós discutir com eles, lutar contra eles? Tolice. Têm a força, a lei, Deus e a milícia — tudo do lado deles. Que podemos nós fazer? De que adianta alegar inocência, protestar contra uma injustiça? Eles provam o que quiserem contra nós e nós não conseguiremos provar nada em nossa defesa. Bravatas? Também não adiantam. Eu vi o que aconteceu com Augusto (DIAS GOMES, 2007, p. 132).

Depois de ouvir as palavras do pai, Branca percebe que seu mundo ruiu de vez. A tragédia, enfim, havia se consumado; e não era devido à morte que se avizinhava, mas a incapacidade de ter sua vida de volta. Seu pai, antes um homem cheio de vida, agora havia se tornado um covarde; seu noivo, a pessoa que lhe possibilitou enxergar o mundo de um modo diferente, estava morto. Ela estava realmente só, sem saber o que fazer.

No teatro, a plateia testemunha os últimos instantes da heroína. O telespectador, enfim, relaciona o período do enredo da peça ao período em que ele vive. São mundos semelhantes, por estarem tomados por forças opressoras,

regimes ditatoriais, que desrespeitam a liberdade do ser humano, onde o homem é apenas mais um na engrenagem do dia a dia.

Branca recebe, finalmente, a notícia de que será levada à fogueira da Inquisição. Morrerá por ter cruzado ‘de mau jeito’ o caminho de um certo clérigo. Morrerá por ter cometido crime nenhum. Antes disso teve sua vida destruída, sua dignidade violada.

A fala do Visitador tenta explicar os motivos que levaram à sentença da ré. Para ele, Branca é um perigo à sociedade, à religião, porque, como ele mesmo disse: “tem absoluta consciência de seus pais”, “tem instrução”. São verdadeiros problemas para os regimes totalitários, porque os que leem, que questionam são identificados como anarquistas, como subversivos.

São estas suas palavras:

Acho que nos iludimos com ela desde o princípio. Sua obstinação e sua arrogância provam que tem absoluta consciência de seus atos. Não se trata de uma provinciana ingênua e desorientada; tem instrução,

sabe ler e suas leituras mostram que seu espírito está minado por idéias exóticas. Declara-se ainda inocente porque quer impor-nos a sua heresia, como todos os de sua raça. Como todos os que pretendem enfraquecer a religião e a sociedade pela subversão e pela anarquia (DIAS GOMES, 2007, p.140).

Em seu último pronunciamento, o Visitador expressa o seu pesar ante a condenação de Branca. Tudo eles fizeram para ajudá-la. Ofereceram todas as chances de reconciliação da ré com o Deus salvador, e não houve jeito. Ela será julgada conforme as leis civis; significa dizer que não há chances de retorno. Seu caminho está traçado: fogueira da Inquisição.

Observemos, então, as palavras do Visitador:

O poder civil, a quem cabe defender a sociedade e o Estado, vai julgá-la segundo as leis civis. Nós lamentamos ter de declará-la separada da Igreja e relaxada ao braço secular. Deus e todos vós sois tes-

temunhas de que tudo fizemos para que isto não acontecesse. Procedemos a um longo e minucioso inquérito, em que todas as acusações foram examinadas à luz da verdade, da justiça e do direito canônico. À acusada foram oferecidas todas as oportunidades de defesa e de arrependimento. Dia após dia, noite após noite, estivemos aqui lutando para arrancar essa pobre alma às garras do Demônio. Mas fomos derrotados. Desgraçadamente (DIAS GOMES, 2007. p. 140).

O expectador mais atento, aquele que consegue captar os discursos que ‘se escondem’ por trás das palavras terá entendido o recado de Dias Gomes. Não se trata apenas de Inquisição, de Branca Dias, a história que se passa no palco é sobre a humanidade, sobre cada um de nós.

Em um plano mais alto do cenário, “surgem os reflexos avermelhados da fogueira” (DIAS GOMES, 2007, p.141) diante de nós. Branca sobe uma rampa, acompanhada pelos guardas. Logo mais, queimará até a morte.

Enquanto ela se contorce, irrompe “um clamor uníssono, a princípio de uma ou duas vozes, às quais vão se juntando, uma a uma, as vozes de todos os atores, em

crescendo, até atingirem o limite máximo”; de repente silenciam.

O espetáculo acaba. Em seguida, a plateia aplaude os atores calorosamente. Aplausos diferenciados para os atores que interpretam as personagens Branca e Bernardo, protagonistas da tragédia. Aos poucos o teatro fica vazio. As luzes se apagam.

Lá fora, há sons de sirenes; soldados em marcha; silêncios impostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Branca Dias existiu ou não? A quem interessa tal confirmação? À sociedade? À ciência? À religião? A nós, empenhados em estudá-la dentro de uma narrativa, esse fator não é relevante. Se Branca é capaz de sobreviver na memória coletiva por dois séculos e meio, sem ter uma única confirmação de sua existência, é porque sua trajetória, criada (ou não) e ressignificada no imaginário das pessoas é maior do que a sua materialidade.

Então constatamos que a jovem cristã-nova, moradora do Engenho Velho, noiva de Augusto, filha de Simão, é mesmo resistente ao tempo. Branca continuará despertando interesse do povo, de um modo geral, mas também de acadêmicos, de pesquisadores. Ela eternizou-se nas tradições orais, e por que não dizer nos textos escritos, como é o caso de *O Santo Inquérito*.

Agradeçamos, portanto, à inquietação de Dias Gomes, já que o mesmo possibilitou o retorno da heroína à memória coletiva. Graças ao escritor, aqueles que ainda

não tinham ouvido falar de Branca tiveram oportunidade de conhecê-la, de compreender seu sofrimento, de acompanhar o seu martírio. Desse modo, a sua história, que já se eternizara na oralidade, adquire um tom literário.

Branca viveu em um período marcado por uma terrível repressão social, onde havia limites em todos os sentidos, sobretudo em torno das mulheres. Ela sofreu na pele os efeitos de uma sociedade misógina, preconceituosa e cruel. Se sua história não é real, não podemos dizer o mesmo de sua representação para nós. Não se trata apenas de uma mulher; ela é o símbolo de uma luta, que não inicia na trama de *O Santo Inquérito*, e que não termina nela.

O discurso da época era do tipo patriarcal, religioso, e veiculava livremente na sociedade medieval. Homens e mulheres o reproduziam indistintamente. Não havia como fugir a isso. Foi esse o foco do nosso trabalho: identificar as marcas do discurso veiculado em *O Santo Inquérito*.

Por vezes, o indivíduo está tão inserido nas teias discursivas que circulam socialmente, que não percebe que está reproduzindo-o, por mais que esse discurso lhe pareça

hostil, retrógrado ou discriminador. Em *O Santo Inquérito*, isso ocorre diversas vezes. É algo recorrente, devido às várias falas que compõem o nosso campo discursivo. Somos sujeitos multifacetados. Não seguimos um discurso apenas, mas incontáveis; às vezes impercebíveis.

A Análise do Discurso foi fundamental ao sucesso da nossa pesquisa. A partir dos seus pressupostos pudemos averiguar as marcas discursivas que subjazem nos trechos da narrativa estudada. Não apenas isso, esse tipo de método ajudou-nos a entender como o sujeito é construído a partir da veiculação das práticas discursivas.

De acordo com a visão de vários autores estudados, nossas falas e comportamentos são sempre produtos dos processos discursivos nos quais estamos inseridos. Assim, nossas falas são materializações das ideologias.

Na perspectiva da Análise do Discurso, a noção de sujeito deixa de ser uma noção idealista, imanente; o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente, interpelado pela ideologia. Dessa forma, o sujeito não é a origem, a fonte absoluta do sentido, por que na sua

fala outras falas se dizem (BRANDÃO, 1993, p. 92).

O discurso mais citado em nossa pesquisa foi, sem dúvida, o discurso religioso. Toda a trama de *O Santo Inquérito* é movida pela disseminação desse discurso. Dias Gomes utiliza esse mundo, tomado pela hegemonia do catolicismo durante o período da Contrarreforma, para poder falar 'disfarçadamente' sobre o Brasil da década de 1960, embora haja no espetáculo raríssimas menções verbais à ditadura militar.

Essa metodologia, ao mesmo tempo que serviu aos propósitos da pesquisa, reforçou em nós a ideia de que somos seres resultantes dos discursos que reproduzimos socialmente. Somos produtores do nosso enunciado; escolhemos as palavras, e o modo como as dizemos, mas não somos donos do discurso que veicula em nossos dizeres. Eles vêm de vários lugares, e não param em nós.

Analisar discursivamente uma obra literária é ir além dos seus elementos estruturais, é sobrepor-se ao próprio conteúdo. Em linhas gerais, a Análise do Discurso nos permite averiguar as condições de produção dessa obra. Fize-

mos isso em *O Santo Inquérito*, e estamos satisfeitos com os resultados.

Sendo assim, foi possível encontrar aspectos relacionados ao contexto em que a obra foi escrita – década de 1960 –, e isso, especialmente na narrativa, é um ponto crucial. As ‘intenções’ do escritor estão presentes não apenas no texto da peça, mas nos recursos utilizados durante a sua encenação nos teatros.

Trabalhar com Dias Gomes é sempre muito gratificante, não apenas pela engenhosidade com que elabora suas narrativas, mas pela acessibilidade de sua escrita; rapidamente apreendemos os sentidos dos seus enunciados. O escritor fala diretamente conosco; tem uma linguagem direta, palpável. Outro fator importante na obra de Dias Gomes é a ironia, mas isso é assunto para uma outra pesquisa.

Inúmeras discussões caberiam dentro do nosso objeto de estudo, no entanto, restringimo-nos a trabalhar, fundamentalmente, com o discurso presente em *O Santo Inquérito*. Não obstante, até que chegássemos a esse ponto, deparamo-nos com informações e dados importantes, como

é o caso da história do teatro na década de 1960, ou ainda sobre como se dava o processo inquisitorial do Santo Ofício.

A pesquisa foi embasada por estudiosos que lidam com os assuntos inerentes ao nosso objeto de estudo, a saber: Branca Dias, Inquisição, intolerância religiosa, análise do discurso, teoria da narrativa, misoginia, dentre outros. Sendo assim, foram valiosíssimas as contribuições de autores como Novinsky (2007), Tavares (2004), Muraro (1995), Duby (2001), Ranke-Heineman (1999), dentre outros, que enriqueceram a nossa pesquisa.

Ainda que tenhamos aqui nos limitado à observação/interpretação de uma obra literária, não deixamos de cumprir a nossa intenção mais íntima, que é a de suscitar uma profunda reflexão acerca dos efeitos gerados pelos discursos misóginos que circulam desde sempre em nossa sociedade. É algo que não se limita ao texto de Dias Gomes; pelo contrário, o autor buscou “as verdades” colhidas em nosso “mundo real” e as transpôs para o mundo ficcional.

Nós leitores não enxergamos o enredo de *O Santo Inquérito* como realidade distante e improvável. Podemos

identificar incontáveis Brancas Dias em nosso cotidiano. São histórias próximas, de gente que, se não estiver dentro dos padrões instituídos, ainda parece sob a égide das entidades que detêm o poder.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. J. **Livro de Branca**. Parahyba, 1905.

AGRA, A. **Moral sexual**: a mulher pós-moderna no confessionário. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

AMARAL, J. F. do. **O Casamento na Idade Média**: a concepção de matrimônio no Livro da Intenção. Florianópolis, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, J. D. **O Campo da História** – Especialidades e Abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, M. N. A. de. **As deusas, as bruxas e a Igreja: séculos de perseguição**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BAIGENT M. e LEIGH, R. **A inquisição**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BETHENCOURT, F. **Histórias das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV – XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BOXER, C. R. **A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)**. Lisboa: Edições 70, 1978.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

BULIK, L. **Comunicação e teatro**: por uma semiótica do Odin Teatret. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

CALAINHO, D. B.. **Agentes da fé**: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil Colonial. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento, 2007.

_____. **As máscaras de Deus**: mitologia ocidental. Tradução Carmen Fischer. São Paulo: Palas Athenas, 2004.

_____. **As transformações do mito através do tempo**. São Paulo: Cultrix, 1990.

CAMURÇA, M. **Ciências sociais e ciências da religião**: polêmicas e interlocuções. São Paulo: Paulinas, 2008.

CARDINI, F. **Magia e Bruxaria na Idade Média e no Renascimento**. Psicologia USP, São Paulo, v.7, n.1/2, p. 9-16, 1996.

CARVALHO, F. A. T. de. As táticas femininas e as estratégias masculinas na vida de Santa Maria Egípcíaca. In SILVA, A. C. L. F. da; SILVA, L. R. da. (Org.). **Atas da IV Semana de Estudos Medievais do Programa de Estudos Medievais da UFRJ**. Rio de Janeiro, julho de 2001.

CAVALCANTE, A. L. de S. Figura e mito no discurso religioso: imagem e identidade mística ou mítica? In LUCENA I. T. de; OLIVEIRA M. A. de; BARBOSA, R. E. (Org.). **Análise do discurso**: das movências de sentido às nuances do (re)dizer. João Pessoa: Idéia, 2004.

COSTA, C. B. da. Memórias compartilhadas: os contadores de história. In.: COSTA, C. B. da; MAGALHÃES, N. A. (Org.) **Contar história, fazer história**: história, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001.

COSTA, H. J. da. **Narrativa da perseguição**. 4 ed. Porto Alegre: Ed. URGs, 1981.

CHARAUDEAU, P.; MANGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CUNHA, M. do R. C. C. Nos jogos enunciativos da memória e da história dos contos de fada: a imagem da figura feminina. In LUCENA, I. T. de; OLIVEIRA, M. A. de; BARBOSA, R. E. (Org.). **Análise do discurso**: das movências de sentido às nuances do (re)dizer. João Pessoa: Idéia, 2004.

DANTAS, A. de M. Efeitos de sentido e memória na fala do professor. In LUCENA, I. T. de; OLIVEIRA, M. A. de; BARBOSA, R. E. (Org.). **Análise do discurso**: das

movências de sentido às nuances do (re)dizer. João Pessoa: Idéia, 2004.

DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

_____. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

DELUMEAU, J. **O pecado e o medo**: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18). Tradução de Álvaro Lorencini. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DUBY, G; PERROT, M. (Org.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 2001.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Tratado de história das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

EYMERICH, N. **Manual dos Inquisidores** – Directorium Inquisitorum. RJ: Rosa dos Ventos; Brasília: UNB, 1993. (Escrito em 1376 e revisto e ampliado, por Francisco de La Peña em 1578).

FEITLER, B. **Nas malhas da consciência**: Igreja e Inquisição Brasil: Nordeste 1640 -1750. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007.

FILORAMO, G.; PRANDI, C. **As ciências das religiões**. Tradução José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999.

FONTELAS, M. das G. S. R. O Feminino e o Sagrado: um olhar contemporâneo. In **Revista Eletrônica de Comunicação, Caderno de Ética e Religião**, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura F. A. Sampaio. Campinas: Loyola, 1998.

GOMES, D. **O Santo Inquérito**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOMES, F. J. **O Sistema da Cristandade Colonial**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1979.

GORENSTEIN, L.; CARNEIRO, M. L. T. (Org.) **Ensaio sobre a intolerância**: inquisição, marranismo e anti-

semitismo. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

GRESCHAT, H-J. **O que é ciência da religião?** Tradução Frank Usarski. São Paulo: Paulinas, 2005.

GRINBERG, K. (Org.). **Os judeus no Brasil:** inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JENKINS, K. **A história repensada.** Trad. Marco Aurélio Werle. São Paulo: Contexto, 2001.

JOFFILY, J. **Nos tempos de Branca Dias.** Londrina: Pé vermelho Editora, 1993.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **O martelo das feiticeiras.** Rio de Janeiro: Record, 1995.

LEAL, José Carlos. **A maldição da mulher.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1995.

LE GOFF, J. Memória. In **Memória-História.** Trad. Bernardo Leitão e outros. Porto, Portugal: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984 (Enciclopédia Einaudi, v. 1).

LEITE, M. R. B. A constituição da identidade nordestina no discurso da propaganda turística oficial. In LUCENA, I. T. de; OLIVEIRA, M. A. de; BARBOSA, R. E. (Org.). **Análise do discurso**: das movências de sentido às nuances do (re)dizer. João Pessoa: Idéia, 2004.

LEMOS, F. **Religião e masculinidade**: identidades plurais na modernidade. Santo André: Fortune, 2009.

LESKY, A. **A tragédia grega**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

LIPINER, E. **Os judaizantes nas capitanias de cima**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

LUCENA, I. T. de; OLIVEIRA, M. A. de; BARBOSA, R. E. **Análise do discurso**: das movências de sentido às nuances do (re)dizer. João Pessoa: Idéia, 2004.

MARTINS, N. S. **A maldição das filhas de Eva**: uma história de culpa e repressão ao feminino na cultura judaico-cristã. XVI Encontro Estadual de História, João Pessoa, 2009.

MELLO, E. C. de. **O nome e o sangue**: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MELLO, J. A. G. de. **Gente da nação**: cristãos-novos e judeus em Pernambuco. Recife: Editora Massangana, 1990.

MELLO, Renato de. **Análise do Discurso e Literatura**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

MICHALSKI, Yan; TROTTA, Rosyane. **Teatro e estado**: as companhias oficiais de teatro do Brasil: história e polêmica. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, 1992.

MORAIS, P. I. L. de; FLORY, S. F. V. De textos e receptores: o Auto da Compadecida, de Suassuna a Arraes, do teatro à minissérie. In FLORY, S. F. V. (Org.) **Narrativas ficcionais**: da literatura às mídias audiovisuais, São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

MOREIRA, L. C. M. de M. Narrativas literárias e narrativas audiovisuais. In FLORY, S. F. V. (Org.) **Narrativas ficcionais**: da literatura às mídias audiovisuais, São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

MÜLLER, L. **O herói**: todos nascemos para ser heróis. São Paulo: Cultrix, 1987.

MURARO, R. M. Prefácio. In: KRAMER, H. SPRENGER, J. **O Martelo das Feiticeiras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

NISKIER, A. **Branca Dias** – O Martírio. Rio de Janeiro: Consultor, 2006.

NOVINSKY, A. **A inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Cristãos-novos** na Bahia: a Inquisição. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **O olhar judaico em Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1990.

OLIVEIRA, M. A. de. Linguagem de defloramentos: os varejos do dizer. In LUCENA, I. T. de; OLIVEIRA, M. A. de; BARBOSA, R. E. (Org.). **Análise do discurso**: das movências de sentido às nuances do (re)dizer. João Pessoa: Idéia, 2004.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PIERONI, G. **Entre Deus e o diabo**: santidade reconhecida, santidade negada na Idade Média e Inquisição portuguesa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Banidos**: a Inquisição e a lista de cristãos-novos condenados a viver no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PINTO, Z. F. **A saga dos cristãos-novos na Paraíba**. João Pessoa: Idéia, 2006.

RANKE-HEINEMAN, U. **Eunucos pelo Reino de Deus**: mulheres sexualidade e a Igreja Católica. 4^a ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

REAL, M. **Memórias de Branca Dias**. 2 ed. Lisboa: Temas e Debates, 2004.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RICOEUR, P. O círculo entre narrativa e temporalidade. In: **Tempo e narrativa** (Tomo 1). Campinas: Papirus, 1994.

ROBLES, M. **Mulheres, mitos e deusas**: o feminino através dos tempos. Tradução William Lagos, Débora Dutra Vieira. São Paulo: Aleph, 2006.

SARAIVA, A. J. **Inquisição e cristãos-novos**. Porto: Editorial Nova, 1969.

SCHWARTZ, S. B. **Cada um na sua lei**: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 2009.

SICUTERI, Roberto. **Lilith**: A Lua Negra. Tradução de Norma Telles e J. Adolpho S. Gordo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SILVA, L. T. B. da. **O trágico em cena**: fundamentos para o estudo da Tragédia. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2010.

SIQUEIRA, S. A. de. **A inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

SOERENSEN, C. Linguagem a profusão temática em Mikhail Bakhtin: dialogismo, polifonia e carnavalização. In: **Revista Travessias** Vol. 3, No 1, 2009.

SONNET, M. Uma filha para educar. In: DUBY, G. e PERROT, M. (Orgs.). **História das mulheres**: do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, 1991.

SOUZA, L. de M. e. **O diabo e a terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TAVARES, C. C. da S. **A cristandade insular:** jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682). Tese de doutoramento. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

TORRESAN, J. M. A manipulação do discurso religioso. In: **Revista Dialogia**, São Paulo, v. 6, 2007.

USARSKI, F. **Constituintes da ciência da religião:** cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma. São Paulo: Paulinas, 2006.

VAINFAS, R. **Trópico dos pecados:** moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VASCONCELOS, V. N. P. Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. **Revista Ártemis**. Número 3. Bahia: UFBA, 2005.

VIEIRA JÚNIOR, A. O. **A inquisição e o sertão:** ensaio sobre ações do Tribunal do Santo Ofício no Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.

